

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**Bibliotecas enquanto espaços de inclusão para pessoas com
Síndrome de *Down***

**São Carlos
2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

PAULA MARIA PEREIRA MERICHELO

**Bibliotecas enquanto espaços de inclusão para pessoas com
Síndrome de *Down***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Conhecimento, Tecnologia e Inovação.

Linha de Pesquisa: Conhecimento e Informação para Inovação.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Cristiane Barbosa Galvão

**São Carlos
2023**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Paula Maria Pereira Merichelo, realizada em 22/09/2023.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso (UFSCar)

Profa. Dra. Márcia Regina da Silva (USP)

Profa. Dra. Paula Regina Dal'Evedove (UFSCar)

Profa. Dra. Ana Paula Matos Bazilio (UFF)

Profa. Dra. Ana Paula Meneses Alves (UFMG)

Merichelo, Paula Maria Pereira.

Bibliotecas enquanto espaços de inclusão para pessoas com Síndrome de *Down*. / Paula Maria Pereira Merichelo. – São Carlos, 2023.

84 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de São Carlos, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso

1. Síndrome de *Down*. 2. Produtos informacionais. 3. Serviços informacionais. 4. Bibliotecas. 5. São Carlos. 6. Estado de São Paulo, Brasil.

I. Gracioso, Luciana de Souza (orientadora). II. Título.

**BIBLIOTECAS ENQUANTO ESPAÇOS DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM
SÍNDROME DE *DOWN***

PAULA MARIA PEREIRA MERICHELO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso – Orientadora

Profa. Dra. Maria Cristiane Barbosa Galvão – Coorientadora

Profa. Dra. Márcia Regina Silva – Titular interno

Profa. Dra. Paula Regina Dal'Evedore – Titular interno

Profa. Dra. Ana Paula Matos Bazílio – Titular externo

Profa. Dra. Ana Paula Menezes Alves – Titular externo

“O autor só escreve metade do livro.
Da outra metade, deve ocupar-se o leitor”.
Joseph Conrad

AGRADECIMENTOS

Venho, por meio desta, expressar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas e instituições que tornaram possível a realização desta dissertação.

Primeiramente, agradeço a minha orientadora, professora Luciana de Souza Gracioso, e a minha coorientadora, professora Maria Cristiane Barbosa Galvão pela orientação dedicada, pelos valiosos *insights* e pelo apoio contínuo ao longo deste trabalho. Suas expertises e orientações foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

Sou grata aos membros da banca avaliadora, professoras doutoras Márcia Regina Silva, Paula Regina Dal'Evedore, Ana Paula Menezes Alves e Ana Paula Matos Bazílio, pela disponibilidade em avaliar este trabalho e pelos comentários construtivos que contribuíram para sua melhoria.

Agradeço ao Conselho Regional de Biblioteconomia pelo valioso apoio na divulgação do convite para a participação dos bibliotecários neste estudo.

Agradeço também a todos os professores e pesquisadores da UFSCar, pelo conhecimento compartilhado e pela inspiração proporcionada ao longo de minha jornada acadêmica.

Dedico meu agradecimento ao meu sobrinho, Yussef Afiune Netto, motivação para realizar este trabalho.

Expresso minha gratidão ao revisor da minha dissertação de mestrado, Guilherme Mapelli Venturi, pelo tempo e dedicação investidos na revisão minuciosa deste trabalho. Seu comprometimento em garantir a qualidade e clareza da minha dissertação foi fundamental para aprimorar a estrutura, a coesão e a gramática do texto. Suas observações, sugestões e correções foram inestimáveis para o aperfeiçoamento do conteúdo. A Estenifer Marques Balco, que generosamente dedicou seu tempo e compartilhou seus conhecimentos e experiências. Suas contribuições foram inestimáveis para o sucesso deste estudo. A Lívia Coelho de Mello e Alexei David Antonio, que contribuíram para as referências deste trabalho.

Expresso aqui, ainda, minha imensa gratidão aos envolvidos indiretamente, meu marido Marcos Geraldo Merichelo de Oliveira, meus familiares, meus *pets* e amigos, que me incentivaram e apoiaram emocionalmente para superar os desafios encontrados.

RESUMO

A Síndrome de *Down* configura-se como uma das deficiências de maior incidência na população mundial. Nesse contexto, há um conjunto de demandas específicas que dizem respeito às possibilidades de suporte, tanto para as pessoas com a síndrome quanto para aquelas que compartilham da sua rotina. Este estudo busca compreender a percepção dos profissionais bibliotecários sobre os serviços e produtos informacionais disponíveis para pessoas com Síndrome de *Down*, nas bibliotecas da cidade de São Carlos, no Estado de São Paulo, Brasil. Como método empregou-se a pesquisa de opinião, em ciências humanas, de caráter exploratório, transversal, empregando-se um instrumento de coleta de dados desenvolvido para a pesquisa. As respostas dos participantes foram descritas por frequência simples de número absoluto e para a questão aberta do questionário foi realizada análise qualitativa com agrupamento em categorias temáticas. Os resultados evidenciaram que os bibliotecários entrevistados não tiveram formação específica para atender demandas informacionais de pessoas com Síndrome de *Down*, mas possuem interesse em buscar informações e formação para aprimorar sua prática profissional e promover a justiça social e a acessibilidade. Suas sugestões incluíram a necessidade de educação continuada sobre o tema e a sensibilização da classe em relação às especificidades informacionais de todos os públicos. Essa diversidade de opiniões e considerações evidencia a importância de se promover o debate e a reflexão sobre o atendimento às pessoas com Síndrome de *Down* nas bibliotecas. É fundamental investir em capacitação, parcerias interprofissionais e recursos tecnológicos para oferecer um serviço inclusivo, acessível e de qualidade.

Palavras-chave: Síndrome de *Down*; Produtos informacionais; Serviços informacionais; Bibliotecas; Bibliotecários; São Carlos.

ABSTRACT

Down syndrome is one of the most prevalent disabilities in the world's population. In this context, there is a set of specific demands regarding the possibilities of support both for people with the syndrome and for those who share their routine. This study seeks to understand the perception of professional librarians about the services and information products available to people with Down Syndrome, in libraries in the city of São Carlos, in the State of São Paulo, Brazil. As a method, opinion research in human sciences was used with an exploratory and cross-sectional character, through a data collection instrument developed for the research. The participants' answers were described by simple frequency of absolute number and for the open question of the questionnaire a qualitative analysis was performed with grouping in thematic categories. The results showed that the librarians interviewed did not have specific training to meet the informational demands of people with Down Syndrome, but they are interested in seeking information and training to improve their professional practice and promote social justice and accessibility. Their suggestions included the need for continuing education on the subject and raising awareness of the class in relation to the informational specificities of all audiences. This diversity of opinions and considerations highlights the importance of promoting debate and reflection on care for people with Down Syndrome in libraries. It is essential to invest in training, interprofessional partnerships and technological resources to offer an inclusive, accessible and quality service.

Keywords: Down Syndrome; Informational products; Information services; Libraries, Librarians; São Carlos.

RESUMEN

El síndrome de Down es una de las discapacidades más prevalentes en la población mundial. En este contexto, existe un conjunto de demandas específicas respecto de las posibilidades de apoyo tanto para las personas con el síndrome como para quienes comparten su rutina. Este estudio busca comprender la percepción de los bibliotecarios profesionales sobre los servicios y productos de información disponibles para personas con Síndrome de Down, en las bibliotecas de la ciudad de São Carlos, en el Estado de São Paulo, Brasil. Como método se utilizó la investigación de opinión, en ciencias humanas, con carácter exploratorio, transversal, a través de un instrumento de recolección de datos desarrollado para la investigación. Las respuestas de los participantes fueron descritas por frecuencia simple de número absoluto y para la parte abierta de lo cuestionario se realizó un análisis cualitativo con agrupación en categorías temáticas. Los resultados mostraron que los bibliotecarios entrevistados no tenían formación específica para atender las demandas informativas de las personas con Síndrome de Down, pero sí están interesados en buscar información y formación para mejorar su ejercicio profesional y promover la justicia social y la accesibilidad. Sus sugerencias incluyeron la necesidad de una educación continua sobre el tema y la sensibilización de la clase en relación con las especificidades informativas de todos los públicos. Esta diversidad de opiniones y consideraciones pone de relieve la importancia de promover el debate y la reflexión sobre la atención a las personas con Síndrome de Down en las bibliotecas. Es fundamental invertir en formación, alianzas interprofesionales y recursos tecnológicos para ofrecer un servicio inclusivo, accesible y de calidad.

Palabras llave: Síndrome de Down; Productos informativos; Servicios de información; bibliotecas; bibliotecarios; São Carlos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Grade curricular vigente do Curso de Biblioteconomia da UFSCar

34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Termos recomendados e não recomendados	18
Quadro 2 – Principais leis para pessoas com Síndrome de <i>Down</i>	22
Quadro 3 – Bibliotecas Públicas da Universidade de São Paulo	37
Quadro 4 – Bibliotecas Públicas do Município de São Carlos	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ACORDE – Associação de Capacitação, Orientação e Desenvolvimento do Excepcional
- APAES – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- Bco – Biblioteca Comunitária
- BCI – Biblioteconomia e Ciência da Informação
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCS – Coordenação de Comunicação Social
- CECH – Centro de Educação e Ciências Humanas
- CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia
- CORDE – Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência
- CRB – Conselho Regional de Biblioteconomia
- EMEBs – Escolas Municipais de Educação Básica
- Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
- IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions
- MBA – Master of Business Administration
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PcD – Pessoas com Deficiência
- PPGCI – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
- Sepedi – Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso
- SIBISC – Sistema Integrado de Bibliotecas de São Carlos
- SAEE – Seção de Apoio da Educação Especial
- SME – Secretaria Municipal de Educação
- SIGA – Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
- USP – Universidade de São Paulo
- UNICEP – Universidade do Centro Oeste Paulista
- UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

Sumário

1	INTRODUÇÃO	15
2	A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	17
2.1	Síndrome de <i>Down</i> , movimentos sociais e legislação	18
3	BIBLIOTECAS ENQUANTO LUGARES DE CULTURA, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO	23
3.1	Produtos e serviços de informação para a inclusão	24
3.2	Produtos e serviços informacionais na área da saúde: algumas constatações	26
4	SÃO CARLOS: EDUCAÇÃO, BIBLIOTECAS E INCLUSÃO	29
4.1	Formação em BCI em São Carlos: conteúdos curriculares relacionados à saúde	33
4.2	Bibliotecas em São Carlos	37
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
5.1	Participantes da Pesquisa	43
5.2	Aspectos Éticos	44
5.3	Instrumento utilizado na coleta de dados	44
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
6.1	Resultados Quantitativos	45
6.2	Resultados Qualitativos	57
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
	REFERÊNCIAS	66
	APÊNDICE A: INSTRUMENTO - ANA MARIA: INSTRUMENTO PARA CAPTAR A PERCEPÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS SOBRE PRODUTOS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO COM FOCO EM PESSOAS COM SÍNDROME DE <i>DOWN</i> (VERSÃO 1, 2023)	74
	APÊNDICE B – CONVITE DO ESTUDO	80

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas, ao longo da história desempenham um papel fundamental na construção e evolução da sociedade. Neste sentido, este estudo parte do princípio de que bibliotecas, independentemente de sua especificidade e caracterização, devem direcionar esforços contínuos para que os produtos e serviços desenvolvidos sejam acessíveis a todas as pessoas.

Assim, este estudo está voltado a compreender como os serviços e produtos informacionais, com foco em pessoas com Síndrome de *Down*, estão sendo oferecidos, segundo a percepção de bibliotecários(as) da cidade de São Carlos do Estado de São Paulo, Brasil. A seleção do campo de observação, como sendo a cidade de São Carlos se deve ao fato do município possuir um conjunto de atributos relacionados a sua vocação educacional de modo geral, e de modo mais específico, direcionada à formação de bibliotecários.

As pessoas com Síndrome de *Down* têm uma variação nas capacidades intelectuais e habilidades, e muitas conseguem desenvolver habilidades sociais, emocionais e funcionais ao longo do tempo com o apoio adequado, educação e intervenção precoce. A Síndrome de *Down* não é uma doença, mas uma condição presente desde o nascimento, causada por uma ocorrência aleatória de um erro genético. Cada indivíduo com Síndrome de *Down* é único e tem potencial para aprender, crescer e contribuir para a sociedade de maneiras significativas.

A escolha deste tema, sobre produtos e serviços informacionais para a comunidade de pessoas com Síndrome de *Down* perpassa a importância da inclusão, a necessidade de entender e melhorar as práticas das bibliotecas e o potencial impacto positivo na vida das pessoas com Síndrome de *Down*. A pesquisa direcionada a essa comunidade nas bibliotecas de São Carlos representa uma oportunidade significativa para promover mudanças positivas e contribuir para uma sociedade mais inclusiva e informada.

A inclusão social e a acessibilidade para pessoas com deficiência são questões fundamentais em uma sociedade justa e igualitária. As bibliotecas desempenham um papel crucial na promoção desses valores, pois são espaços de aprendizado e conhecimento acessíveis a todos. Focar especificamente nas necessidades das pessoas com Síndrome de *Down* dentro desse contexto é uma forma de abordar uma parcela da população que muitas vezes enfrenta barreiras no acesso à informação e ao conhecimento.

Imagina-se que a presente pesquisa contribuirá para um entendimento mais aprofundado das práticas atuais, identificando lacunas e oportunidades de melhoria. Isso pode gerar conhecimentos valiosos que podem ser aplicados não apenas localmente, mas também em outras regiões e instituições, para promover uma maior inclusão de pessoas com deficiência em ambientes de aprendizado.

Esta pesquisa possui como objetivo geral compreender a percepção dos bibliotecários sobre os serviços e produtos informacionais disponíveis para pessoas com Síndrome de *Down*, na cidade de São Carlos, no Estado de São Paulo, Brasil. São objetivos específicos:

- a) identificar o conhecimento dos profissionais bibliotecários sobre as especificidades das demandas informacionais da comunidade Síndrome de *Down*;
- b) verificar a oferta de serviços e produtos em bibliotecas, para pessoas com Síndrome de *Down*, na cidade de São Carlos;
- c) diagnosticar a capacitação e formação dos profissionais voltada para atender as necessidades informacionais de pessoas com Síndrome de *Down*;
- d) identificar o preparo das bibliotecas para oferta de produtos e serviços para a comunidade Síndrome de *Down*;
- e) elencar opiniões e sugestões de produtos e serviços que possam ser oferecidos a comunidade Síndrome de *Down*.

Cabe reiterar que o recorte na temática Síndrome de *Down* se dá em função desta ser, dentre as deficiências conhecidas, a de maior incidência tanto no Brasil, como no mundo. Existe a estimativa de que a cada 700 nascimentos haja uma criança com a síndrome no Brasil, levando a um quantitativo de aproximadamente 300 mil brasileiros/as com esta condição (Storti, 2023). Trata-se de uma população muito significativa que merece a atenção da classe bibliotecária.

Para delimitação do tema, foi construído um referencial teórico de base com o intuito de explicar: qual é o perfil de uma pessoa com deficiência; qual é o perfil de uma pessoa com Síndrome de *Down*; quais são as legislações vigentes que embasam diferentes tipos de assistência para as pessoas com Síndrome de *Down*; como está configurada a cidade de São Carlos no que diz respeito à educação, as bibliotecas e a inclusão, finalizando com a contextualização de estudos desenvolvidos no campo da Ciência da Informação que abarcam preocupações similares ao estudo atual. Este referencial teórico será detalhado nas seções seguintes.

2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Os impedimentos podem reduzir sua participação plena e efetiva na sociedade, como as demais pessoas. Existem mais de um bilhão de pessoas que vivem com deficiência em todo o mundo, conforme a Organização Mundial da Saúde (Brasil, 2022) e há por volta de 45 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência, representando 25% da população (Brasil, 2010).

A Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso (Sepedi, 2021), classifica a deficiência nos seguintes tipos: 1) deficiência visual: inclui pessoas com cegueira, baixa visão e visão monocular; 2) deficiência auditiva: inclui pessoas com perda da audição bilateral, parcial e total; 3) deficiência física: inclui pessoas com paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, ausência de um membro, nanismo, paralisia cerebral e membros com deformidade adquirida ou congênita; 4) deficiência intelectual: engloba pessoas com Síndrome do X frágil, com Síndrome de *Down*, com Síndrome de *Rett*, discalculia, síndrome do álcool fetal, erros inatos do metabolismo e transtorno do espectro autista; 5) deficiência múltipla: engloba pessoas com dois ou mais tipos de deficiências; 6) pessoas que não apresentam nenhum tipo de deficiência dentre as mencionadas anteriormente, mas que por algum motivo tem dificuldades transitórias ou permanentes, tais como, mobilidade.

A Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso (2021), recomenda a utilização do termo *pessoas com deficiência* (PcD), ressaltando que empregar os termos corretos para se referir às pessoas com deficiência pode auxiliar na diminuição do preconceito enraizado na sociedade que, muitas vezes, reproduz termos e conceitos equivocados ou em desuso (por exemplo: portadores, necessidades especiais, entre outros). Existem ainda os termos atípicos e típicos que são termos que se popularizaram e estão sendo utilizados por pais, educadores, médicos e professores, definindo o desenvolvimento e diferenciando crianças e adolescentes com deficiência, autismo, entre outros, em seu aprendizado e as etapas do desenvolvimento esperado para cada idade (Rissato, 2023).

No quadro 1, estão listados os termos recomendados e não recomendados para pessoas com deficiências.

Quadro 1 - Termos recomendados e não recomendados

Recomendado	Não recomendado
Pessoa com Deficiência	Inválido, excepcional, doente, portador, especial, defeituoso, condenado
Pessoa com Síndrome de <i>Down</i>	Mongoloide, mongol
Criança com deficiência intelectual, criança com deficiência mental	Criança Excepcional
Pessoa sem deficiência	Pessoa normal
Pessoa com deficiência visual ou cega	Ceguinha(o)
Pessoa com Deficiência Intelectual	Retardado mental, portador de retardamento mental, deficiente mental
Necessidades específicas	Necessidades especiais
Usuário de cadeira de rodas	Cadeirante
Deficiente auditivo ou surdo	Surdo-mudo

Fonte: Sepedi (2021).

Os termos para pessoas com deficiências costumam ser desenvolvidos no campo científico e se popularizam na sociedade paulatinamente. Com o passar do tempo, é desejável que todos empreguem termos e palavras respeitosas e menos ofensivas ao se referirem a pessoas com deficiência. Além dos termos e palavras, um dos avanços para tornar a sociedade mais inclusiva são as normas de acessibilidade para deficientes. No Brasil, por exemplo, há a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE) com a responsabilidade de gestão da integração dessas pessoas e estabelecimento de políticas públicas regulamentadoras. Atualmente, o Brasil conta com vários estudos e publicações voltados à acessibilidade, além de normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

2.1 Síndrome de *Down*, movimentos sociais e legislação

No que se refere à pessoa com Síndrome de *Down*, também chamada de trissomia 21, é aquela que possui uma condição humana geneticamente determinada pela presença do cromossomo 21 extra que determina características físicas específicas e atraso no

desenvolvimento (Brasil, 2013). Nesta condição, podem ocorrer algumas mudanças nos olhos e ouvidos, como dificuldades de enxergar, catarata, miopia, hipermetropia, perda da audição e algumas infecções. Pode ocorrer a forma alterada do coração. No abdômen pode ocorrer hérnias. No sistema circulatório, podem ocorrer cânceres e anemias. No sistema locomotor, podem ocorrer problemas como fraqueza nas articulações. Com o sistema nervoso podem ocorrer problemas como deficiência intelectual e convulsões. No sistema circulatório existem problemas como o mau funcionamento da glândula tireoide. As pessoas com Síndrome de *Down* apresentam diferenças no aspecto físico de desenvolvimento, decorrentes de aspectos genéticos individuais, nutrição, estimulação, educação, contexto familiar, meio ambiente, intercorrências clínicas e apesar das diferenças há um consenso da comunidade científica de que não se atribuem graus a Síndrome de *Down* (Brasil, 2013a, 2013b).

Para ser saudável, cuidando da saúde física e mental a pessoa com Síndrome de *Down* precisa trabalhar, ter amigos, passear e namorar, para cuidar da saúde é preciso fazer acompanhamento multiprofissional, com médico, fonoaudiólogo, psicólogo, pedagogo, educador físico, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, nutricionista, dentre outros. Nasce no Brasil, aproximadamente 2 mil crianças ao ano com Síndrome de *Down*, independente de etnia, gênero ou classe social, totalizando cerca de 300 mil pessoas com essa síndrome em nosso território. Já no mundo a incidência estimada é a cada mil nascidos vivos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Dada a quantidade de pessoas com deficiências, no Brasil e no mundo, ao longo da história têm surgido movimentos e lutas sociais com foco nesta comunidade, e, por meio de leis e direitos, mudanças significativas e avanços vêm acontecendo gradativamente nos quesitos de escolaridade, acessibilidade, inclusão, comunicação, informação, nas inúmeras instituições, fundações, associações, escolas, hospitais.

No que se refere aos cuidados com a população com Síndrome de *Down*, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), se tornou fundação desde 1987, e associa-se com toda comunidade com assistência gratuita, em prol das pessoas com deficiência, desde 1954, sendo a maior rede de apoio às pessoas com deficiências. Contam com campanhas que visam superar barreiras para a garantia da inclusão com a contribuição de valores diversos de arrecadação (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, 1985).

A Fundação Síndrome de *Down* (1985) criada por um grupo de pais, apoia as pessoas com deficiência intelectual, realiza mediações com atenção à família, atenção terapêutica, atendimento educacional, apoio a vida adulta, formação e inclusão no mercado de trabalho, em diversas áreas do conhecimento, com sede em Campinas, São Paulo.

A Federação Brasileira das Associações de Síndrome de *Down* (1992), por meio de associações, fundações e movimentos sociais, se organiza em prol do desenvolvimento global das pessoas com Síndrome de *Down*, desde 1992. Empenham-se para a mudança da lei 8.112/90, para inclusão da pessoa com deficiência intelectual, mental ou grave como beneficiária da pensão por morte. É associada a entidades internacionais na Europa e América do Norte.

O Instituto Meta Social (1996) criado a mais de 25 anos, é uma entidade localizada no Rio de Janeiro também em parceria com outras entidades para a promoção da diversidade e da qualidade de vida de crianças, jovens e adultos para as oportunidades de inclusão e desenvolvimento pessoal para poderem ampliar seu potencial, tornando-os cidadãos e futuros profissionais.

No cenário internacional, observa-se a *Down Syndrome International* (2022) sendo uma organização internacional de pessoas com deficiência sediada no Reino Unido desde 1993 e com diretrizes internacionais, composta por membros e organizações de todo o mundo, para os cuidados com a qualidade de vida dessa população, permeando interesses na área da educação, emprego e saúde inclusivos.

Sempre marcada por preconceitos, a deficiência no Brasil passou por restrição de direitos e limitações. Hoje, pode-se falar em um avanço nas diversas legislações existentes que estabelecem direitos que valorizam os indivíduos com deficiências, com atendimento especializado e inclusivo, como a Síndrome de *Down*, por exemplo, para poderem ter melhor qualidade de vida em sociedade. Segundo a Convenção Internacional n.º 159, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1983, foi ratificada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo n.º 51, de 28 de agosto de 1989, todo indivíduo com deficiência física ou mental reconhecida tem a possibilidade de obter e conservar emprego adequado e de progredir no emprego (Brasil, 1989a). A Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, que inclui indivíduos com Síndrome de *Down* (Brasil, 1989b).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, criado em 1990, assegura o atendimento prioritário na área da saúde e atenção educacional especializada ao jovem com deficiência (Brasil, 1990). A Lei n.º 8.213, de 1991, obriga as empresas com cem ou mais empregados a preencherem parte de seu quadro de funcionários com pessoas com algum tipo de deficiência. Um exemplo da aplicabilidade dessa lei se encontra no estudo realizado por Leite e Lorentz (2011) que abordaram a obrigatoriedade das empresas no cumprimento da porcentagem ou cota determinada de pessoas com deficiência em relação ao total de empregados, percebendo-se

paradoxos, polêmicas e distintas abordagens de análise, após a criação da Lei de Cotas de n.º 8.213/1991. Leite e Lorentz (2011) demonstram que, embora o trabalho possa conferir valor social e pessoal ao empregado com Síndrome de *Down*, também são necessárias providências efetivas no âmbito laboral para ocorrer sua inclusão nesse ambiente e na sociedade, destacando a necessidade de programas de capacitação que ultrapassem os itens de desempenhos funcionais e que incluam aspectos comportamentais que facilitem o estabelecimento de relacionamentos interpessoais saudáveis e respeitosos.

A pessoa com Síndrome de *Down* deve ter direito e acesso à educação, às escolas inclusivas, prioridade no atendimento em hospitais públicos, a ter mediadores, a transportes acessíveis, a ter benefícios, trabalho, entre outros, visando à inclusão, à qualidade de vida e o combate ao preconceito. No entanto, apesar dos avanços na legislação e dos esforços dos movimentos sociais, ainda há muitos desafios para garantir a inclusão plena das pessoas com Síndrome de *Down* na sociedade. É necessário continuar lutando contra a discriminação e garantir que as pessoas com Síndrome de *Down* tenham acesso aos recursos e serviços de que precisam para se desenvolver e alcançar seu potencial máximo (Movimento *Down*, 2017).

Nesse sentido, algumas iniciativas merecem menção, como a criação do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, celebrado em 3 de dezembro em todo o mundo, desde 1992, por iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa data visa conscientizar a sociedade sobre as questões relacionadas à inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência em todos os aspectos da vida, além de promover a igualdade de direitos e oportunidades (ONU, 1948).

Dentro desse contexto, também é importante destacar o Dia Internacional da Pessoa com Síndrome de *Down*, celebrado em 21 de março. Essa data foi criada pela Down Syndrome International em dezembro de 2011 e visa aumentar a conscientização sobre a Síndrome de *Down* e promover a inclusão das pessoas com essa condição na sociedade. Durante o Dia Internacional da Pessoa com Síndrome de *Down*, são realizados eventos e atividades em todo o mundo para celebrar a diversidade e as conquistas das pessoas com Síndrome de *Down*, bem como para conscientizar a sociedade sobre a importância da inclusão e da igualdade de oportunidades. Além disso, é uma oportunidade para destacar a importância da educação, saúde e apoio social, adequados para as pessoas com Síndrome de *Down* (Down Syndrome International, 2023).

É fundamental que a sociedade se envolva na promoção da inclusão e igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência, incluindo aquelas com Síndrome de *Down*. Isso requer uma abordagem multidisciplinar que envolve governos, organizações da sociedade civil,

empresas, profissionais de saúde, educadores, famílias e a própria pessoa com Síndrome de *Down*. A celebração do Dia Internacional da Pessoa com Síndrome de *Down* e do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência são oportunidades importantes para promover essa conscientização e engajamento (Down Syndrome Internacional, 2020).

O quadro 2 sistematiza essas e outras várias leis relacionadas às pessoas com Síndrome de *Down*, vigentes em território nacional.

Quadro 2 - Principais leis para pessoas com Síndrome de *Down*

Ano	Lei	Síntese
1989a	Decreto Legislativo n.º 51	Readaptação Profissional e o Emprego de Deficientes
1989b	Lei n.º 7853	Apoio às Pessoas com Deficiência, sua Integração Social
1990	Lei n.º 8069	Estatuto da Criança e do Adolescente
1991	Lei n.º 8213	Planos de Benefícios da Previdência Social
1993	Lei n.º 8742	Lei Orgânica da Assistência Social
1994	Lei n.º 8899	Passe Livre às Pessoas com Deficiência no Sistema de Transporte Coletivo Interestadual
1996	Lei n.º 9394	Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica
1999	Lei n.º 3298	Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência
2005	Lei n.º 11.133	Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência
2007	Resolução n.º 009	Acesso ao Transporte Aéreo de Passageiros que Necessitam Assistência Especial
2008	Resolução n.º 304	Vagas de Estacionamento Destinadas a Veículos que Transportem Pessoas com Deficiência e com Dificuldade de Locomoção
2009	Lei n.º 11941	Parcelamento Ordinário de Débitos Tributários
2013a	Lei n.º 142	Aposentadoria da Pessoa com Deficiência
2013b	Lei n.º 5089	Proíbe a Cobrança de Valores Adicionais, de Estudantes com Síndrome de Down, Autismo, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento ou outras Síndromes
2015	Lei n.º 13146	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
2022	Lei n.º 14306	Dia Nacional da Síndrome de Down

Fonte: elaborado pela autora

3 BIBLIOTECAS ENQUANTO LUGARES DE CULTURA, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

A biblioteca pública, segundo o Manifesto da Biblioteca Pública da *International Federation of Library Associations and Institution (IFLA)* (2022, p. 1) — (...) é um componente essencial das sociedades do conhecimento, adaptando-se continuamente a novos meios de comunicação para cumprir sua função de fornecer acesso universal a informações e permitir que todas as pessoas possam fazer uso significativo da informação (Krass, 2022, p. 1). Nesse contexto, o mesmo documento enfatiza:

Serviços e materiais específicos devem ser fornecidos para aqueles usuários que não podem, por qualquer motivo, usar os serviços e materiais regulares, por exemplo, minorias linguísticas, pessoas com deficiência, com baixa proficiência em habilidades digitais ou de informática, com baixa escolaridade, pessoas hospitalizadas ou privadas de liberdade (KRASS *et al.*, 2022, p. 2).

Existem, ainda, muitas outras tipologias de bibliotecas, como assinala o Conselho Federal de Biblioteconomia Brasileiro: Nacionais, Universitárias; Especializadas; Escolares; Comunitária ou Popular e Biblioteca Ambulante ou Carro-Biblioteca, para além de outras. Mas todas possuem, em comum, a missão de promover o acesso ao conhecimento. Ao se formar enquanto pessoa profissional bibliotecária é feito o juramento do curso regulamentado pela Resolução n.º 6, de 13 de julho de 1966, do Conselho Federal de Biblioteconomia Brasileiro, que diz: — Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana (Brasil, 1966, p. 2361).

Deste ponto, é possível afirmar que o maior objetivo desta área é reivindicar por uma prática profissional que valorize e oportunize acesso à informação por todas as pessoas. A biblioteca, além de sua função de informar, é um agente de transformação social e de construção de novas consciências. Nesse contexto, a Biblioteconomia Social defende um conjunto de pautas direcionadas a inclusão, a igualdade, a equidade e a justiça cognitiva, epistêmica e social. Ao se dedicarem a fomentar ações de incentivo à leitura e a decodificação da informação, por diferentes públicos, as bibliotecas confirmam-se como um equipamento indispensável para o fortalecimento da educação, para a construção de cidadania e para o bem-estar social. Cabe às bibliotecas, especialmente as públicas, e aos profissionais que atuam nela, promoverem ações que busquem atender as mais diversas demandas informacionais, independente dos grupos sociais das quais elas se originam. No entanto, não são ações simples e reconhece-se que implicações de ordem estrutural da administração pública, em geral, limitam as possibilidades de construção destas práticas ou até mesmo de construção de políticas direcionadas a promoção da inclusão e da acessibilidade. Como afirma (Santa Anna, 2017, p. 94):

A falta de valorização do poder público na gestão das unidades de informação brasileiras faz com que somente as atividades básicas sejam concretizadas nesses espaços, ou seja, essas unidades caracterizam-se como ambientes fechados, permeados por regras, sem condições físicas adequadas e sem profissional capacitado para inovar e expandir os serviços (Santa Anna, 2017, p. 94).

Pela epistemologia social da biblioteconomia, de Shera (1977), temos que a função desta área, é a de ampliar o acesso a conteúdos e conhecimentos, equitativamente. Nesta mesma linha, estão as orientações previstas nas cinco leis de S. Ranganathan: Os livros são para serem usados. A cada leitor o seu livro. Para cada livro o seu leitor. Poupe o tempo do leitor. A biblioteca é um organismo em crescimento (Ranganathan, 2009). Um trabalho importante foi desenvolvido sobre — Acessibilidade e as cinco leis de Ranganathan: diálogo com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação que irão concluir que:

[...] O usuário com algum tipo de deficiência precisa ser ouvido e participar de alguma forma ou em algum momento do processo da gestão da informação e das unidades de informação. Compreendendo, ainda, que ele é uma fonte de informação importante para tomada de decisão dos gestores, dos desenvolvedores de softwares, bem como para a melhoria do atendimento prestado (COSTA; OLIVEIRA, 2022, p. 183).

3.1 Produtos e serviços de informação para a inclusão

No que confere aos estudos direcionados à prestação de serviços e ofertas de produtos informacionais, recorreremos ao trabalho — Elaboração de produtos e serviços de informação: conceitos e etapas-chave (Santos, 2022), cujo objetivo foi descrever as etapas necessárias para o desenvolvimento de serviços e produtos informacionais em bibliotecas, com base em literatura técnica da Biblioteconomia e áreas correlatas, bem como experiências profissionais da autora, destacando a importância de se compreender a natureza dos produtos e serviços em relação às mudanças sociais, culturais e tecnológicas. Nesse sentido, é necessário que as bibliotecas estejam atentas a essas mudanças e sejam capazes de se adaptar para continuar oferecendo serviços e produtos relevantes e eficazes para seus usuários. Segundo o estudo, a construção de produtos e serviços nem sempre deve ser baseada apenas nas demandas externas explicitamente expressas pela comunidade. É importante considerar também as necessidades que podem estar implícitas, que podem não estar sendo atendidas e, portanto, não serem claramente demandadas. Essa abordagem mostra que a construção de produtos e serviços deve ser vista como um processo dinâmico e contínuo, que deve ser adaptado e atualizado regularmente para atender às necessidades em constante mudança dos usuários e da comunidade em geral. A importância de atualizações ajuda a inserir recursos de acessibilidade, garantindo que os produtos e serviços estejam disponíveis para todos. A atualização constante é essencial para garantir a efetividade dos produtos e serviços informacionais oferecidos pela biblioteca. É

essencial compreender a complexidade da construção de produtos e serviços informacionais para valorizar os recursos e as nuances envolvidas. O profissional de biblioteconomia deve compreender que suas práticas originam recursos que guiam as pessoas em suas buscas informacionais e isso deve orientar todas as ações desenvolvidas.

Nessa perspectiva, direcionada à prestação de serviços e desenvolvimento de produtos informacionais para pessoas com deficiências, estudamos a pesquisa: -Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação (Wellichan, Manzini, 2021). Nessa obra é abordada a importância de considerar os usuários com deficiência no contexto da informação, na área de Ciência da Informação entre 1970 e 2019. A acessibilidade garante a inclusão e a igualdade de acesso à informação para pessoas com deficiência, como o atendimento, tecnologia assistiva em bibliotecas, adequação de acervos, espaços acessíveis, comunicação visual, teorias para acessibilidade, percepção e satisfação de usuários em bibliotecas, entre outros. O atendimento pode ser uma barreira para o usuário com deficiência e alguns fatores podem estar relacionados a essa falta de interação que incluem a formação e capacitação inadequadas, o desconhecimento das necessidades do usuário, a desatualização prática em recursos e tecnologias, a falta de investimentos institucionais e a falta de registro ou comunicação científica das ações realizadas.

As bibliotecas são um espaço de coletividade, memória social e cultural, além de representar a democratização dos saberes, entretanto, apesar de suas relevâncias, elas e as pessoas com deficiência encontram-se distanciadas em virtude de diversos fatores, como a falta de conhecimento sobre suas necessidades específicas e concluem os autores que, embora haja estudos significativos e recursos de tecnologia assistiva nas bibliotecas, a área ainda precisa de atenção e ação para garantir a inclusão desses usuários no ambiente informacional. A acessibilidade não pode ser considerada apenas pelos aspectos físicos, mas também pelas barreiras comunicativas e atitudinais, fundamentais para o acolhimento das pessoas com deficiência, possibilitando o direcionamento de serviços específicos para atender as necessidades de forma mais pontual, enfatizando que as políticas públicas sejam mais inclusivas para garantir os direitos das pessoas com deficiência em todos os segmentos da sociedade.

O estudo de Wellichan e Manzini (2021) indicou que a deficiência visual foi a mais citada entre as deficiências encontradas nos registros, seguida da deficiência auditiva e física. Estudos sobre deficiência intelectual e transtorno do espectro autista também foram encontrados, mas com menos frequência. Mesmo com a presença crescente de recursos de tecnologia assistiva nas bibliotecas é fundamental garantir que elas sejam utilizadas

eficientemente e que os bibliotecários estejam preparados para fornecer suporte adequado, principalmente para barreiras de comunicação. As bibliotecas inclusivas são possíveis com as ações e modificações corretas, incluindo foco nas necessidades do usuário, criatividade e desenvolvimento profissional para os funcionários da biblioteca. É do escopo e da abrangência do fazer bibliotecário atuar no desenvolvimento de serviços e produtos de informação com responsabilidade social, viabilizando que bibliotecas sejam espaços democráticos de acesso ao conhecimento, inclusive, para pessoas com deficiências.

3.2 Produtos e serviços informacionais na área da saúde: algumas constatações

As possibilidades de atuação dos profissionais da informação, incluindo o profissional bibliotecário, no campo da saúde são variadas. Os autores Santana e Santana (2020) ressaltam que as atuações do profissional da informação no campo da saúde incluem a gestão de arquivos de saúde e prontuários de pacientes; a participação na elaboração de projetos de arquitetura da informação; análise de redes sociais; análise informacional de processos e sistemas de business intelligence; estudos de web semântica e de linked data; análises de comportamento do usuário; elaboração de estruturas de metadados; estudos dos reflexos e efeitos da desinformação e da informação produzidas, veiculadas, distribuídas, e compartilhadas em grande escala.

De todas as possibilidades existentes de atuação no campo da saúde, muitos estudos ressaltam seu foco nos usuários da informação, incluindo-se aqui os pacientes e seus familiares. E quando a própria vida ou a vida de familiares está em jogo, o acesso à informação e o uso da informação pode ganhar certa complexidade, visto que relações sociais, históricas, religiosas e culturais, bem como a individualidade e de cada núcleo familiar podem interferir no processo informacional (Berti *et al.*, 2014; Berti e Bartalo, 2017). Logo, não basta informar. É preciso saber onde, como e porque informar o paciente e a comunidade que o cerca.

Trazendo luz a esta problemática, Tabosa e Pinto (2016), em estudo realizado em salas de espera dos ambulatórios de um hospital, em Fortaleza, destacam que o usuário não admite, mas prefere fontes de informação informais, que veiculem depoimentos de outros indivíduos que passaram pelos mesmos problemas de saúde, e que possam indicar medicamentos, havendo usuários de informação que só procuram assistência médica quando não conseguem encontrar tratamento e cura por conta própria na Internet. E, infelizmente, esta é utilizada como forma de acesso a informações para autodiagnóstico e automedicação, com evidentes riscos à saúde do indivíduo.

Adentrando um pouco mais na complexidade de como disponibilizar informações para pacientes, são relatadas pela literatura especializada, intervenções para que pessoas com deficiência tenham acesso à informação de uma forma mais adequada, segundo Maples e Applin

(2009). Os autores criaram uma bibliografia comentada contendo livros sobre autismo, Síndrome de *Tourette*, Síndrome de *Down* e sobre transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Vários dos livros revisados para esta bibliografia foram escritos por crianças e/ou suas famílias, que foram afetadas pelos transtornos. Os autores ressaltam que livros são úteis para obter melhor compreensão sobre condições de saúde. Peinado (2017) destaca a importância de bibliotecas possuírem livros de leitura fácil, projetados para pessoas com dificuldades de aprendizagem ou baixa escolaridade, adultos que começam a ler, pessoas mais velhas com problemas de senilidade ou que sofrem de distúrbios neuropsicológicos.

Na dimensão tecnológica, Hu *et al.* (2013) relatam que pessoas com Síndrome de *Down* conseguem usar o *mouse* e interagir com computadores, mas ainda existem desafios. Os aplicativos baseados em fala permitem que os usuários se comuniquem com computadores ou dispositivos relacionados a computadores sem o uso de teclado, mouse ou qualquer outra interação física. Berget e Macfarlane (2020) complementam que, para atender a todos os tipos de necessidades informacionais, seria necessário projetar sistemas com interface de interação, textuais, verbais ou multimodais.

Em decorrência de aspectos multifatoriais e multidimensionais, as pessoas com Síndrome de *Down* e suas famílias podem encontrar barreiras para o uso e acesso das informações tanto em suporte papel (livros) quanto digital (*online*), culminando em processos de vulnerabilidade informacional. Comumente identificam-se estes aspectos nas dimensões cognitiva e social, relacionadas com as características da síndrome e do contexto devida da maioria dessa população e de seus familiares. Todavia, é necessário pensar também nos problemas estruturais mais amplos e que levam às restrições de acesso no âmbito tecnológico de modo geral, tais como, o analfabetismo ou baixa escolaridade, condições econômicas com baixa renda, a falta de acesso à banda larga ou outros recursos que são fontes de informações (Gibson; Martin, 2019).

Diante disso, alguns autores destacam o potencial de atuação do profissional da informação no campo da saúde, em especial, do bibliotecário. Porém, ressaltam a demanda de adequações no âmbito formativo desde a graduação até a pós-graduação (no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, Engenharia e Tecnologia da Informação), incorporando disciplinas obrigatórias que viabilizem a aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias para o suporte às demandas desse público, as quais dialogam na intersecção com o campo da saúde (Biaggi; Valentim, 2018; Majinge; Msonge, 2020; Prudêncio; Rodrigues, 2020). Além disso, é ressaltada a importância do profissional bibliotecário buscar por aprimoramento contínuo, se mantendo constantemente atualizado com

as mudanças tecnológicas e possibilidades neste cenário, a fim de melhorar as suas habilidades em conformidade com o que é necessário para aproximação do campo da saúde, atuando com segurança e maestria no suporte adaptado e adequado diante das necessidades das pessoas com Síndrome de *Down*, seus familiares e possíveis equipes envolvidas (Biaggi; Valentim, 2018; Monteiro, *et al.*, 2013).

4 SÃO CARLOS: EDUCAÇÃO, BIBLIOTECAS E INCLUSÃO

A cidade de São Carlos sempre se destacou no interior Paulista, por investir, desde sua fundação, na Educação, chegando a receber, em 1941, o apelido de Atenas Paulista. Atualmente a cidade é conhecida internacionalmente como um importante centro formador de profissionais altamente qualificados, egressos dos mais de 150 cursos de graduação e pós-graduação oferecidos na cidade. (UFSCar, [201-]) (Nogueira, 2021, p. 189). Em 2005, a cidade formalizou a sua adesão à Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) - (Prefeitura de São Carlos, 2008):

Uma cidade pode ser considerada uma Cidade Educadora, quando, além de suas funções tradicionais — econômica, social, política e de prestação de serviços — ela exerce uma nova função cujo objetivo é a formação para e pela cidadania. Para uma cidade ser considerada educadora ela precisa promover e desenvolver o protagonismo de todos — crianças, jovens, adultos, idosos — na busca de um novo direito, o direito à cidade educadora. (Gadotti, 2006, p. 2).

A cidade é reconhecida como um centro vital nos âmbitos tecnológico, educacional e científico. Sua sólida base acadêmica, capacidade tecnológica e presença industrial a qualificam com justiça como a "Capital da Tecnologia". Essa designação ressalta a vocação intrínseca da cidade para atividades tecnológicas e inovadoras. A Lei 12.504, datada de 11 de outubro de 2011 e elaborada pelo ex-deputado federal Lobbe Neto, foi concebida com base em informações divulgadas no Jornal da UFSCar, especialmente no clipping da Coordenação de Comunicação Social (CCS UFSCar). O ex-deputado destacou que uma parte substancial da justificativa para esse título recai sobre o considerável contingente de doutores na cidade e a significativa contribuição de seus centros de pesquisa. (Folha de São Carlos, 2011). Suas universidades e centros de pesquisa são reconhecidos em âmbito nacional e internacional. E para além das pesquisas que desenvolvem, configuram-se também como centros importantes na região no que se refere à oferta de atividades de ensino e extensão, contribuindo assim, para a área acadêmico-científica, com o aspecto sociocultural. Assim, a estrutura científica e educacional, em consonância com as suas condições industriais, foi definitiva para que a cidade se tornasse propícia à tecnologia e inovação. Somam-se às iniciativas educacionais, voltadas ao desenvolvimento de Ciência, Tecnologia e Inovação, muitas outras ações orientadas à qualificação da promoção e do acesso aos equipamentos de saúde, na cidade. Isto, muito em função da oferta de cursos superiores a nível de graduação e pós-graduação, dedicados à área.

Na UFSCar, por exemplo, desde 2012, é ofertado o Curso de Medicina, sendo o primeiro da cidade. Tal curso tem sido oferecido, seguindo princípios educacionais diferenciados, que preveem alto engajamento da universidade com a cidade. Segundo informações fornecidas pela instituição, o curso se utiliza de metodologias específicas orientadas à promoção da participação

ativa dos alunos, tanto no que diz respeito à construção do próprio conhecimento que deverá adquirir como a construção de relações e integrações entre o conteúdo aprendido e a sua prática profissional (Universidade Federal de São Carlos, 2023).

Para esta pesquisa, é salutar apresentar esse contexto de formação acadêmica, no contexto da cidade de São Carlos, ao sinalizar uma vocação da mesma, para promoção de ações de saúde, mais qualificadas a sua comunidade. Especificamente, o Curso de Medicina da UFSCar, prevê um conjunto de práticas de ensino, que promovem um engajamento e uma participação dos estudantes, desenvolvendo práticas profissionais nos principais equipamentos de saúde da cidade. Durante a fase de sua formação, denominada Prática Profissional, as atividades são realizadas junto à rede de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde e em outra fase de sua formação, o estudante de medicina atua junto ao Hospital Universitário e Unidade Saúde Escola, a Santa Casa de São Carlos e a Secretaria Municipal de Saúde. Vale mencionar que outros cursos superiores, na área da saúde, são ofertados pela UFSCar e também pela UNICEP. Assim, é possível reconhecer uma aptidão da cidade para o desenvolvimento de ações qualificadas e cientificamente respaldadas para a promoção da saúde, em sua população (UFSCar).

De modo mais pontual e relacionado ao escopo da presente pesquisa, voltada a comunidade Síndrome de *Down*, podemos reconhecer, também, um diferencial na cidade no que diz respeito à oferta de cursos voltados à Educação Especial. A UFSCar possui o Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEES), criado em 1978, sendo o primeiro e único Programa do país ao nível de mestrado e doutorado, nessa temática. Atualmente o PPGEES possui a maior nota pela CAPES (conceito 7), validando a qualidade e a seriedade com que vem construindo e implementando uma agenda de pesquisas e ações direcionadas à educação de pessoas com necessidades especiais (UFSCar).

A área de concentração do Programa é: educação do indivíduo especial. A educação especial, no escopo do referido Programa:

[...] deve se caracterizar por qualquer tipo e nível de trabalho, de natureza educativa, que explore as condições de ensino para assegurar que a população alvo adquira repertórios considerados relevantes e que não estão sendo ou não podem ser desenvolvidos sob condições usuais de ensino (UFSCar, 2023. p. 1).

Nesse sentido, é possível constatar o amplo comprometimento do Programa com a formação de profissionais sensíveis e preparados para atuar na construção de produtos e serviços educacionais passíveis de assimilação pelos indivíduos especiais. A oferta deste Programa, na cidade de São Carlos, movimenta um conjunto de práticas, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, que viabilizam a cidade, usufruir dos benefícios, em diferentes níveis, desse desenvolvimento científico

de excelência dedicado a Educação Especial. AUFSCar também oferece o Curso de Licenciatura em Educação Especial, presencialmente, com duração de 4 anos e o Curso de Segunda Licenciatura em Educação Especial, na modalidade EAD, com duração de 2 anos (UFSCar).

É possível afirmar que a cidade de São Carlos, possui uma concentração de Cursos de Graduação e Pós-Graduação voltados a área de saúde e educação especial, que se diferencia das demais cidades do país. Nesse sentido, pressupõe-se haver, na cidade, um engajamento maior com essas questões educacionais, nos dando os subsídios necessários para que se investigue em que medida as bibliotecas do Sistema Integrado de Bibliotecas da cidade, tem se envolvido com o assunto (Sistema Integrado de Bibliotecas de São Carlos, 2023).

No plano das ações relacionadas à educação inclusiva, pode-se observar que a cidade desponta em algumas ações. Segundo informações da Prefeitura de São Carlos, a cidade possui, hoje, 805 estudantes matriculados na Educação Inclusiva. Cabe retomar que desde 2015, momento em que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência — ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, houve um conjunto de avanços substanciais no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência, em diferentes instâncias sociais. Mas o elemento que mais nos interessa está na Lei n.º 13.146/2015, que legitima a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar regular, e viabiliza que essa comunidade conviva com todos os estudantes, equitativamente. Contudo, é necessário reiterar que ajustes e adaptações são necessários no sistema educacional, para que não só o acesso à pessoa com deficiência possa ser garantido, como também sua permanência e seus direitos a usufruir de recursos de aprendizagem que lhe garantam a aquisição do conhecimento (Secretaria Municipal da Educação, 2022).

Atualmente, a cidade de São Carlos possui a Seção de Apoio da Educação Especial (SAEE) junto ao Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação (SME) de São Carlos. Segundo a professora Patrícia Cristina Miron Carneiro, atualmente chefe da SAEE:

Não demorará muito para alcançarmos o índice de 1 mil estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE), que estarão matriculados na rede municipal, frequentando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Estamos falando de um ensino público de qualidade promovendo a Educação Inclusiva. Também falamos de atendimentos educacionais especializados a outros estudantes identificados para tal atendimento. Sabemos que temos muito a avançar nesse sentido, mas estamos focados em uma ação política, cultural, social e pedagógica, em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (Secretaria Municipal da Educação, 2022).

Há, segundo informações da prefeitura, 61 Unidades Escolares da rede municipal dos estudantes PAEE. Das Unidades existentes, 36 possuem a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Estas salas configuram-se como espaços direcionados ao atendimento educacional

especializado, possuem mobiliários, e múltiplos materiais didáticos e pedagógicos especiais, dentre outros elementos (Prefeitura de São Carlos, 2023). Infelizmente, seguindo informações da prefeitura, espaços como a Sala de Recursos Multifuncionais fazem parte da realidade de apenas 28% das escolas públicas de Ensino Fundamental. Até hoje, somente 38,6% delas possuem banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais (Prefeitura de São Carlos, 2023).

Ainda, reforça a chefe do SAEE, que:

A fiscalização da Educação Inclusiva em nossa rede municipal de ensino ocorre junto aos diretores das Unidades Escolares, uma vez que eles são os responsáveis pela escola e, assim, pelos estudantes. Essa atuação é acompanhada pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação em todos os aspectos (Secretaria Municipal da Educação, 2022).

No que diz respeito a trabalhos científicos que abordem a questão da educação inclusiva na cidade de São Carlos, foi localizada a de Tannús-Valadão (2016), que apresentou um estudo sobre a avaliação e educação especial em São Carlos, sendo esta uma das poucas pesquisas sobre o assunto. Os resultados da investigação indicaram que o plano de educação especializada está centrado no planejamento das ações do professor, de como são realizadas as avaliações do aluno e as práticas adotadas para atribuir conceitos, para aferir desempenho, e para decidir se o aluno deve ou não ser promovido.

Frente ao exposto, podemos notar que a cidade de São Carlos possui um conjunto de ações voltadas à inclusão da pessoa com deficiência no sistema educacional regular. Cabe ainda mencionar que a cidade possui a APAE fundada em 1962, possui estatuto social próprio desde maio de 2015, com a missão de promover ações nas áreas da assistência social, educação e saúde adotando os princípios oriundos da Declaração dos Direitos Humanos, há ainda a Associação de Capacitação, Orientação e Desenvolvimento do Excepcional (ACORDE) inaugurada em setembro de 2022, a Escola de Educação Especial Maria Maffei Lobbe na cidade de São Carlos — SP para atender pessoas com deficiência intelectual, Síndrome de *Down* e transtorno do espectro autista, proporcionando melhor qualidade de vida e inclusão na vida social. A escola possui espaço amplo, fazendo o acolhimento e atendimento das famílias e/ou responsáveis, através dos assistentes sociais e psicólogos, orientações diversas, sendo adaptada para o depósito de equipamentos e materiais, com 9 salas de aula, com realização de atividades pedagógicas, sala de informática, coordenação, banheiros adaptados com acessórios para atender as necessidades de seus usuários (Prefeitura de São Carlos, 2023). O Município dispõe também da Comissão da Pessoa com Deficiência, e de uma Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida.

4.1 Formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação em São Carlos: conteúdos curriculares relacionados à saúde

Em 1959, é fundada a Escola de Biblioteconomia de São Carlos, que gerou impactos positivos importantes para a cidade e para a biblioteconomia nacional, de modo geral. A escola, em seus anos iniciais de existência (de 1959 a 1997), graduou mais de 1000 profissionais que passaram a atuar em diferentes regiões do país (Costa, 2020). Trombelli (2020) reafirma que — o objetivo da fundação desta escola foi interiorizar a profissão de bibliotecário de modo a atender às necessidades das escolas superiores que estavam surgindo no Estado. Em 1994 o Curso, então denominado Biblioteconomia e Documentação, é integrado e ofertado pela UFSCar, sob o nome de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Desde essa integração com a Universidade, foram oferecidas 5 grades curriculares distintas, atualizadas em função das demandas e atualizações do mercado de trabalho e dos avanços científicos da área (Santos, 2021).

Essa contextualização, em relação à formação ao nível de graduação de Bibliotecários/as, na cidade de São Carlos e Região, se dá em função da necessidade de reconhecermos se, no âmbito da formação ao nível superior, houve, em algum momento, o direcionamento de disciplinas dedicadas aos aspectos que dizem respeito às demandas de produtos e serviços para pessoas com deficiências. Em análise preliminar feita a partir das grades curriculares já ofertadas (1994, 1997, 2004 e 2013 — a de 2005 não está acessível), foi possível verificar que não houve ofertas de disciplinas, nem obrigatórias, nem específicas, com esse enfoque, embora seja importante alertar que o assunto, pode ter sido apresentado e discutido em praticamente todas as disciplinas do curso, de modo mais indireto. A seguir, na figura 1 é apresentada, para fins de constatação, a grade curricular vigente do Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da UFSCar (UFSCar, 2023).

Figura 1 - Grade curricular vigente do Curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da UFSCar.

Área	Subárea	Disciplina
Formação Específica	Fundamentos em BCI	Estudos da linguagem em Biblioteconomia e Ciência da Informação
		Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação
		Leitura e cultura
	Organização do conhecimento	Análise e representação temática da informação
		Indexação e resumos
		Linguagens documentárias I
		Linguagens documentárias II
	Representação dos registros do conhecimento	Linguagens documentárias III
		Catálogo I
		Catálogo II
		Catálogo III
	Comunicação e disseminação da informação	Normas técnicas de informação e documentação
		Comunicação e expressão
		Inglês instrumental para Biblioteconomia e Ciência da Informação
		Serviço de referência e fontes de informação
	Formação geral	Gestão de unidades de informação
Gestão da informação e gestão de redes de pessoas e organizações		
Gestão de coleções e do patrimônio em unidades de informação		
Gestão de unidades de informação e do conhecimento		
Introdução à administração para unidades de informação		
Tecnologias da informação e comunicação		Organização, sistemas e métodos para unidades de informação
		Bibliometria
		Fontes de informação em ciência e tecnologia
		Introdução à análise de sistemas
		Lógica e base de dados aplicados à CI
		Repositórios institucionais e gestão de documentos eletrônicos
		Tecnologias da informação e comunicação I
Tecnologias da informação e comunicação II		
Formação complementar	Pesquisa	Introdução ao trabalho científico
		Metodologia da pesquisa científica para BCI
		Trabalho de conclusão de curso para BCI I
		Trabalho de conclusão de curso para BCI II
	Estágio	Estágio em centros de informação I
		Estágio em centros de informação II
		Estágio em centros de informação III
		Estágio em centros de informação IV
		Estágio em centros de informação V
Ênfases	Informação, Ciência e Sociedade	Conhecimento científico e produção científica
		Estudos sociais da ciência e tecnologia
	Informação, Cultura e Discurso	Discurso, história e memória
		Análise das práticas culturais e discursivas
	Informação e Inovação Tecnológica	Informação para negócios sustentáveis
		Transferência e comercialização da tecnologia
	Informação empresarial	Gerenciamento da informação e do conhecimento nos processos empresariais
		Informação para a competitividade empresarial

Fonte: https://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/biblioteconomia-e-ciencia-da-informacao/ppc_bci_atualizado_2019.

Já, as disciplinas optativas vigentes, ofertadas com mais periodicidade na graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, pela UFSCar, segundo as informações que constam no site do curso são: A Matemática na Teoria da Informação; Administração de Empresas I; Automação de Unidades de Informação; Arquitetura da Informação Digital; Educação, Ciência e Tecnologias Indígenas; Dimensões Internacionais da Ciência, Tecnologia e Inovação; Gestão de Projetos em Unidades de Informação; Informação e Movimentos Sociais; Informação e Saúde I; Informação e Saúde II; Linguagens, Cultura e Discurso; Marketing de Produtos e Serviços de Informação; Organização de Unidades de Informação; Tecnologias de Representação de Conteúdos Informacionais; Tópicos Especiais em Biblioteconomia e Ciência da Informação. As disciplinas optativas Informação e Saúde I e Informação e Saúde II foram criadas em 2020, conforme os registros do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) da UFSCar.

O curso "Informação e Saúde I" tem como objetivos reconhecer a informação em saúde como direitos humanos, refletir sobre sua importância nas organizações de saúde, examinar teorias e processos informacionais na área da saúde, e compreender as inovações em tecnologias de informação e comunicação nesse campo. A ementa abrange temas como a relação entre informação e saúde, ética, fake news na divulgação científica, formação e capacitação em informação e saúde, políticas de informação em saúde, sistemas de informação, impacto da informação e tecnologias em saúde, coleta e análise de dados, e organização e representação da informação em saúde (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica, 2020).

Já o curso "Informação e Saúde II" tem como objetivos capacitar os estudantes no uso e disseminação de informações e dados no contexto da saúde, familiarizá-los com plataformas digitais de informação em saúde, examinar a curadoria digital nessa área, reconhecer as particularidades do ciclo informacional em redes, sistemas e instituições de saúde, avaliar a qualidade dos produtos e serviços informacionais em saúde, e identificar a importância das atividades de organização e representação da saúde digital no apoio aos profissionais da saúde. A ementa investiga a informação em saúde de forma prática, baseada no contexto teórico- conceitual apresentado no curso "Informação e Saúde I" (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica, 2020).

Os objetivos e ementas das disciplinas mencionadas, criadas e oferecidas pelo Departamento de Ciência da Informação, foram organizados e ofertados inicialmente pela Profa. Paula Regina Dal Evedove, e contemplam, de modo geral, proposições de conteúdos que possibilitam a formação de Bibliotecários/as que reconheçam a área da saúde enquanto campo de pesquisa e prática profissional, especialmente no que se refere aos tratamentos informacionais que podem ser oferecidos, a esta área. Não há, explicitamente, indicativos de conteúdos voltados a pessoas com deficiência, ou, de modo ainda mais pontual, a Síndrome de

Down. Porém, é possível que tais temas sejam debatidos e apresentados nas disciplinas, especialmente pelas ementas das disciplinas contemplarem: Informação, Saúde e Sociedade (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica, 2020).

Assim, mesmo não sendo objetivo da presente pesquisa, o de analisar e avaliar as questões que dizem respeito da formação do profissional bibliotecário/a, em relação à criação e oferta de produtos e serviços adequados a pessoas com deficiências, é importante constatar não haver indicativo explícito de oferta de disciplinas obrigatórias, em todas as grades já oferecidas pela graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação da UFSCar, inclusive na grade vigente (2014) apresentada integralmente, que tenham se dedicado a fomentar a formação de Bibliotecários/as a esse respeito. Mesmo havendo duas disciplinas optativas relacionadas à área de saúde, as mesmas só começaram a ser ofertadas em 2020, não havendo tempo, ainda, de termos profissionais formados, que tenham tido acesso às mesmas (UFSCar).

No que confere a Pós-Graduação, tivemos a criação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSCar, iniciado em 2016, ao nível de mestrado acadêmico e que tem, como área de concentração: Conhecimento, Tecnologia e Inovação e como linhas de pesquisa: Linha 1: Conhecimento e Informação para Inovação e Linha 2: Tecnologia, Informação e Representação. Embora não seja parte do escopo temático do programa, vale mencionar que há, na grade vigente, a oferta da disciplina — Informação e Saúde que tem como ementa: — Ecossistema da Informação em Saúde; Necessidades Informacionais em Saúde; Usuários de Informação em Saúde; Ambientes Informacionais em Saúde; Recursos Informacionais em Saúde; Produtos Informacionais em Saúde; Tecnologias da Informação em Saúde, Pacientes; População Leiga; Profissionais da Saúde; Gestores da Saúde; Pesquisadores da Saúde; Estudantes da Saúde; Competências Informacionais em Saúde; Linguagem Simples em Saúde; Terminologias em Saúde no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFSCar). Há ainda, no programa, a vinculação da docente Dra. Maria Cristiane Barbosa Galvão, coorientadora desta pesquisa, que desenvolve e orienta projetos com foco na informação e saúde. Desse modo, podemos constatar que, no âmbito da Pós-Graduação, há uma preocupação relacionada à formação sobre o assunto, mas que está orientada, em um primeiro momento, a quem pretende se dedicar à carreira de pesquisa e ensino superior do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFSCar).

No que confere a Especialização Lato Sensu — Inovação em Unidades de Informação oferecida em 2022 pela UFSCar, via Departamento de Ciência da Informação, cujo propósito de formação é direcionado a qualificar a formação de profissionais atuantes no mercado de trabalho, também não foi possível constatar a oferta de módulos específicos dedicados ao

assunto, havendo, no entanto, um módulo dedicado à Inovação Social. É fato que o recorte temático do referido curso, não é para a área de saúde, mas consideramos relevante trazê-lo nesta análise, como sendo uma das iniciativas vigentes na cidade de São Carlos, orientada a formação de profissionais da informação (MBA, 2022).

4.2 Bibliotecas em São Carlos

Segundo o Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais, a região Sudeste é a que possui mais municípios com bibliotecas abertas (92%) e neste contexto, a cidade de São Carlos se destaca com um dos maiores índices de bibliotecas, arquivos e museus em relação ao número de habitantes (Brasil, 2010).

Estão presentes na cidade, bibliotecas públicas, escolares, universitárias, especializadas e comunitárias. As bibliotecas universitárias são as da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade do Centro Oeste Paulista (UNICEP). As bibliotecas públicas da USP, estão apresentadas no quadro 3:

Quadro 3 - Bibliotecas Públicas da USP

Nome	Vínculo
Biblioteca Prof. Dr. -Sérgio Rodrigues Fontes	Escola de Engenharia de São Carlos da USP(EESC-USP)
Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo	Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU-USP)
Biblioteca Prof. -Achille Bassi	Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da USP (ICMC-USP)
Biblioteca Prof. -Bernhard Gross	Instituto de Física da Universidade de São Paulo (IFSC-USP)
Biblioteca Prof. -Johannes Rudiger Lechat	Instituto de Química da Universidade de São Paulo (IQSC-USP)
Biblioteca da Prefeitura	Campus da USP
Biblioteca do Centro de Divulgação Científica e Cultural (CDCC)	Campus da USP

Fonte: Universidade de São Paulo

Na UFSCar, há a Biblioteca Comunitária (BCo), que iniciou suas atividades em 17 de agosto de 1995, nesta configuração diferenciada na qual atua como biblioteca universitária, mas sua natureza é comunitária. Nesse contexto, também oferece serviços bibliotecários a alunos e professores dos ensinos fundamental e médio. Outra ação diferenciada desta biblioteca foi a inauguração da Starteca, em 2019, sendo este um espaço para criação, inovação e empreendedorismo de base tecnológica e social na biblioteca. Possui uma biblioteca infantil com espaço reservado para os livros infantis dos mais variados autores nacionais e internacionais, espaço HQ com gibiteca, quadrinhos e mangás e promove atividades pedagógicas. Conta com um acervo de CDs, DVDs, mapas e livros em braile, biblioteca virtual de Pearson e acesso CAFe ao Portal de Periódicos da CAPES (USP).

No Centro de Educação e Ciências Humanas da UFSCar (CECH-UFSCar) há também a Unidade Especial de Informação e Memória, criado em 14 de abril de 1998 com o fim de conservação da memória histórica, cultural, regional e nacional, possui coleção de documentos privados e públicos, plantas de arte e de artesanato, filmes, microfilmes, discos de vinil, partituras, coleções de periódicos e acervo bibliográfico muito rico nas áreas de história, sociologia, literatura, artes, entre outros, possui vários projetos em andamento, exposições literárias, salas de estudos e auditório disponíveis e está aberto ao público. Outras unidades de informação e memória compõem os equipamentos de apoio ao ensino e a pesquisa, na universidade, mas não se configuram, especificamente, enquanto bibliotecas (USP).

No município, a configuração se apresenta da seguinte maneira: O SIBISC — Sistema Integrado de Bibliotecas da cidade de São Carlos, foi oficializado em 2 de dezembro de 2004, a partir da promulgação da Lei n.º 13.464. Trata-se de uma conquista pioneira em âmbito nacional e, principalmente, estadual, uma vez que o SIBI foi criado anteriormente ao próprio Sistema Municipal de Bibliotecas de São Paulo. O SIBI São Carlos foi criado com a missão de implantação e consolidação do Programa de Incentivo ao Livro e à Leitura, envolvendo educação e cultura, em um movimento de compromisso de todos — escolas, bibliotecas e comunidade. Políticas específicas foram elaboradas, na ocasião, e que tinham o objetivo de qualificar o acervo das bibliotecas, os projetos de incentivo à leitura e a promoção de constante integração entre biblioteca, escola e comunidade. Decorrente desse movimento, o município de São Carlos também efetivou a criação da Política do Livro, da Leitura e Informação, que oportunizou o desenvolvimento de um conjunto de ações direcionadas ao fortalecimento das bibliotecas (São Carlos, 2004).

Há ainda uma experiência diferenciada na cidade que é a presença da Universidade Aberta da Terceira Idade, que teve seu início de atividades em 1995, voltadas especialmente

para a inclusão social de pessoas adultas e idosas, e possui biblioteca e pessoa bibliotecária, atuando (Prefeitura do Campus USP de São Carlos, 2023).

As Bibliotecas Públicas do Município de São Carlos envolvem um conjunto de três (03) bibliotecas públicas, duas (02) municipais, uma (01) distrital, oito (08) municipais escolares instaladas nas Escolas Municipais de Educação Básica (EMEBs) e que anteriormente denominadas escolas do futuro, pois também atendiam a comunidade em geral, (01) biblioteca especializada, eo espaço braile. A seguir são apresentados no quadro 4, alguns dados descritivos de cada uma:

Quadro 4 - Bibliotecas Públicas do Município de São Carlos

Nome	Vínculo	Informações	Ações Culturais
Biblioteca Municipal Escolar Ana Celina da Silva Escobal	MEB -Dalila Galli, no Jóquei Club	Possui acervo, sala de leitura e as redes sociais Facebook e Instagram	Inovação em colocar a biblioteca como espaço educador, servindo toda a comunidade
Biblioteca Municipal Escolar Maria Sawaya Botelho Bracher	EMEB -Afonso Fioca Vitali	Possui acervo e sala de leitura, não possui link de divulgação pela internet	Bibliotecário para cuidar de trabalhos relacionados à ação educativa
Biblioteca Municipal Escolar José Benedito Sacomano	EMEB -Antonio Stella Moruzzi	Possui acervo, sala de leitura e Facebook, possuía um blog, mas foi removido da Internet	Oficina de teatro, de desenho, de contação de histórias, de desenvolvimento manual, jogos, danças, entre outros
Biblioteca Municipal Escolar Regina Casari Boccato	Escola E. F. -Janete Maria. Martinelli. Lia	Possui acervo e sala de leitura	Contação de histórias e mediação

Continua

Biblioteca Gerson Edson de Toledo Piza	EMEB -Professora Angeline Dagnone de Melo	Radialista Juquita que foi inaugurada em 2004, possui acervo, sala de leitura e Facebook	Contação de histórias, atividades diversas, como danças e brincadeiras
Biblioteca Municipal Escolar Miriam Mani Zambel	EMEB. -Maria Ermantina Carvalho Tarpani	Não possui link de Divulgação pela internet	Voltada ao atendimento dos alunos, funcionário e professores da comunidade em geral
Biblioteca Municipal Isabel Cristina Apolinario Hyppolito	EMEB -Carmine Botta	Não possui conteúdo disponível para divulgação no momento pela internet	Não possui Informações pela internet
Biblioteca Municipal Maria Thereza Nonato Petrilli	EMEB -Arthur Natalino Deriggi	Não possui link de Divulgação pela internet	Não possui Informações pela internet
Escola Municipal Angelina Dagnone De Melo	EMEB -Angelina Dagnone de Melo	Possui acervo, sala de leitura, Facebook e promove uma feira de troca de livros chamada barganha literária itinerante	Histórias como de uma artista plástica que teve paralisia infantil e pinta com a boca, aula de música, atividades de artes, atividades com o meio ambiente, entre outros
Biblioteca Pública Municipal Amadeu Amaral	Bairro Jardim São Carlos	A biblioteca mais antiga da cidade, desde 1938 ou 1939, a data é incerta, oferece Wi Fi a todos os cidadãos para o estímulo do desenvolvimento humano e social da comunidade promovendo a inclusão social, possui acervo de sala de leitura e uma página no Facebook	Exposições, cursos e oficinas, contação de histórias, poesias, sarau e músicas

Continua

Biblioteca Pública Municipal Euclides da Cunha	Bairro Vila Prado	Inaugurada em 30 de abril de 2009, possui acervo, sala de leitura, onde acontece uma estação de leitura, todo mês de outubro, desde 2005, é um período dedicado ao livro, à leitura e à cultura no município, são inúmeras atividades nas diversas bibliotecas, escolas e praças da cidade. A cada estação um escritor brasileiro é homenageado. Possui página no Facebook e uma página no blog	Clube de leitura e literatura, mediação de leitura e contação de histórias, oficina de teatro
Biblioteca Pública Distrital de Água Vermelha	Água Vermelha, Distrito de São Carlos está instalada no Armazém Cultural Lola Puccinelli Biazon	Funciona desde agosto de 2007. Possui a Biblioteca Especializada Espaço Braile que está fechada temporariamente	Campanhas e projetos, como, “geladeira do saber”
Biblioteca Jurídica Francisco Xavier Amaral Filho	Rua Sete de Setembro, s/nº	Possui uma Hemeroteca, armazenando coleções de jornais que deixaram de circular na cidade ao longo do tempo desde 1956, possui todas as edições da coletânea de jurisprudência e um acervo com mais de três mil livros e quase quatro mil revistas jurídicas destinados a leitores específicos, bastante utilizados por estudantes de direito e advogados	Recebe visitas de alunos do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) para atividades e trabalhos
Biblioteca Estadual da cidade, Biblioteca Diretoria de Ensino da Região São Carlos	Diretoria de Ensino de São Carlos	Biblioteca criada em 25 de abril de 2014, possui sala de leitura, acervo bibliográfico, diversas atividades de leitura e Facebook	Projeto Aprender, cursos, sala de leitura

Continua

Conclusão

Biblioteca Cecília Meireles e Escola Educativa	Escola privada, Anglo	Com profissional Bibliotecário contratado	Atende e respeita as necessidades e especificidades de cada fase da vida, contação de histórias, jogos, diversos projetos, olimpíadas, aprendizado em robótica, festival de integração, investigações multidisciplinares
--	-----------------------	---	--

Fonte: SIBISC, 2023

Para além das Bibliotecas, em função de sua configuração enquanto capital da tecnologia e inovação há um número concentrado de bibliotecários/as que atuam em diferentes unidades de informação, como institutos de pesquisa, empresas, indústrias, startups e consultorias.

Frente ao contexto brevemente apresentado, temos registrados no Conselho Regional de Biblioteconomia, 8ª região, 154 bibliotecários/as ativos na cidade. Assim, reconhece-se que há um agrupamento importante de bibliotecas de diferentes naturezas na cidade e que há, nesse sentido, uma diversidade considerável de atuação da pessoa bibliotecária no município. Há ainda o fato de a cidade ser reconhecida como um polo importante, em âmbito nacional, na oferta de cursos e capacitações, tanto para formar bibliotecários/as, como para formar profissionais da área de educação especial e da área de saúde. Acrescenta-se ainda o fato da cidade se destacar no que diz respeito ao desenvolvimento de ações voltadas à educação inclusiva.

Diante deste cenário, é que se almejou verificar o quanto as pessoas bibliotecárias atuantes na cidade, conhecem e desenvolvem produtos e serviços informacionais adequados a comunidade com Síndrome de *Down*, havendo a hipótese de que diante da configuração mencionada, seria favorável para que ações desta natureza fossem desenvolvidas.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando o objetivo geral do presente estudo de identificar e examinar a percepção dos bibliotecários sobre os serviços e produtos informacionais disponíveis para pessoas com Síndrome de *Down*, na cidade de São Carlos, no Estado de São Paulo, Brasil, optou-se por realizar uma pesquisa de levantamento em ciências humanas, de caráter exploratório, transversal, empregando-se um instrumento de coleta de dados desenvolvido para a pesquisa. Nesta modalidade de pesquisa, buscaram-se apresentar tendências, atitudes e opiniões sobre um determinado tema (Tatagiba, 2012).

Para tanto, foi desenvolvido e aplicado o instrumento para coleta de dados intitulado *Ana Maria: instrumento para captar a percepção de bibliotecários sobre produtos e serviços de informação com foco em pessoas com Síndrome de Down*, disponível no Apêndice A.

Os dados quantitativos foram analisados via estatística descritiva simples. Já os dados qualitativos foram analisados tematicamente, adotando-se como referencial Braun e Clarke (2006) e Braun *et al.* (2023). Assim, foram seguidas as seguintes fases da análise temática: familiarização com as respostas; busca de temas recorrentes nas respostas; revisão de temas; definição e nomeação de temas; e sistematização. A análise temática foi realizada por duas pesquisadoras isoladamente e, posteriormente, consolidada por todas as pesquisadoras envolvidas na pesquisa.

5.1 Participantes da pesquisa

Os participantes deste estudo são bibliotecários atuantes nas diferentes bibliotecas da cidade de São Carlos que responderam a pesquisa de forma anônima. Para tanto, o convite para participação na pesquisa foi divulgado para bibliotecários da cidade com a colaboração do Conselho Regional de Biblioteconomia 8ª Região, que também forneceu a informação que a cidade possui cerca de 154 bibliotecários.

Os critérios de inclusão no estudo consistiram em ser bibliotecário atuante em bibliotecas da cidade de São Carlos e aceitar participar da pesquisa, respondendo ao questionário. Já os critérios de exclusão foram preenchimento incompleto do questionário. O convite do estudo, apresentado no apêndice B, também foi criado e compartilhado via *WhatsApp* entre contatos profissionais da cidade de São Carlos e em outras redes sociais, como *Facebook*. Após 10 dias da primeira divulgação, o Conselho Regional de Biblioteconomia fez nova rodada de divulgação de participação junto à comunidade bibliotecária de São Carlos, e ao final do mês de março de 2023, o prazo para recebimento de respostas foi encerrado.

5.2 Aspectos éticos

No caso do presente estudo, os respondentes forneceram informações totalmente anônimas, ou seja, não foram identificados em nenhuma fase da pesquisa, bem como não foram coletados seus dados pessoais como telefone, e-mail, nome da instituição onde trabalham, idade ou sexo, a fim de que a pesquisa pudesse atender ao critério de pesquisa de opinião da Resolução n.º 510, de 7 de abril de 2016, com dispensa de análise ética (Brasil, 2016).

A pesquisa de opinião foi por intermédio do Conselho Regional de Biblioteconomia da Região (CRB-8), com aprovação de sua Presidenta, Sra. Ana Cláudia Martins (registro profissional CRB-8/8246), no mês de março de 2023. Em nenhum momento da pesquisa, os orientadores ou a orientanda tiveram acesso aos dados dos bibliotecários, em decorrência da Lei Geral de Proteção de Dados existente no país que deve ser seguida por instituições públicas e privadas.

5.3 Instrumento utilizado na coleta de dados

Optou-se pela aplicação do instrumento para coleta de dados intitulado *Ana Maria: Instrumento para captar a percepção de bibliotecários sobre produtos e serviços de informação com foco em pessoas com Síndrome de Down* (Versão 1, 2023), desenvolvido pelas orientadoras do projeto e disponível no Apêndice A. Tal instrumento resultou da leitura que as orientadoras realizaram sobre a condição Síndrome de *Down* e de seus conhecimentos prévios sobre o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação no país. Buscou-se desenvolver um instrumento que pudesse ser usado no presente estudo, mas também em futuros estudos sobre serviços e produtos informacionais com foco em pessoas com Síndrome de *Down*, no país ou no exterior, a fim de que a presente pesquisa possa ser reproduzida. Imagina-se também que o referido instrumento possa ser adaptado para o estudo de outras condições de saúde.

Quanto à elaboração do instrumento, é necessário indicar que ele foi criado considerando os objetivos da pesquisa e conforme o referencial teórico de apoio, utilizado para sustentar o plano teórico, conceitual e metodológico da pesquisa. É composto por 18 perguntas, sendo 16 fechadas e 2 abertas. Este instrumento foi inicialmente validado, por 4 bibliotecários (não pertencentes a rede de São Carlos), apenas para configurar como pré-teste do instrumento.

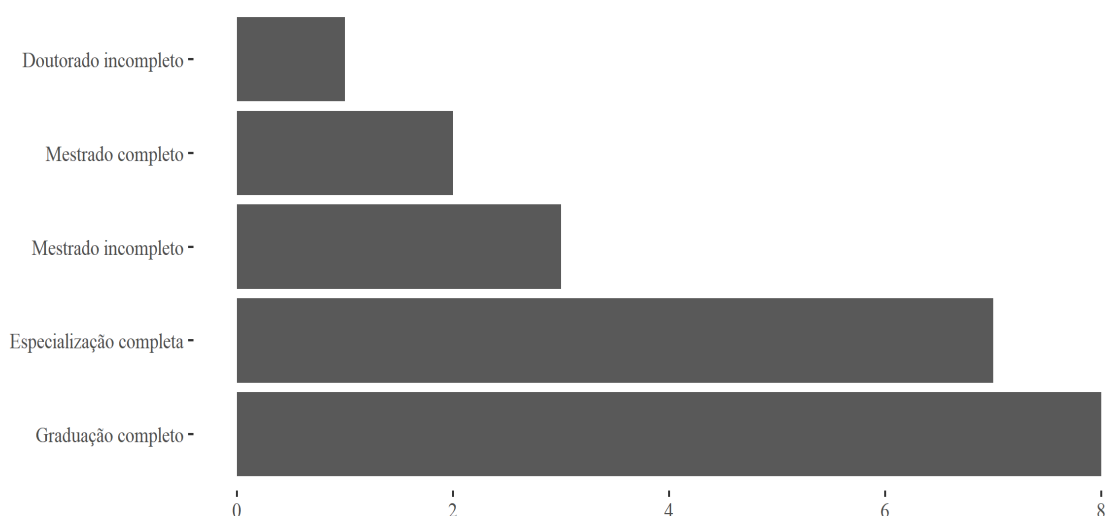
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Resultados quantitativos

Dos 154 potenciais bibliotecários para participar no estudo, apenas 21 responderam ao instrumento da pesquisa, o que limita a generalização dos resultados para o contexto geral da cidade de São Carlos.

Metodologicamente, buscava-se realizar a estatística descritiva para a análise dos dados quantitativos. Contudo, o número de participantes não foi suficiente para dar prosseguimento com esta abordagem de análise dos dados quantitativos. Logo, os dados foram descritos de forma numérica, conforme proposto por (Tatagiba, 2012) para pesquisa de levantamento, sem a inclusão de porcentagens.

Gráfico 1 – Distribuição dos respondentes pelo grau de escolaridade

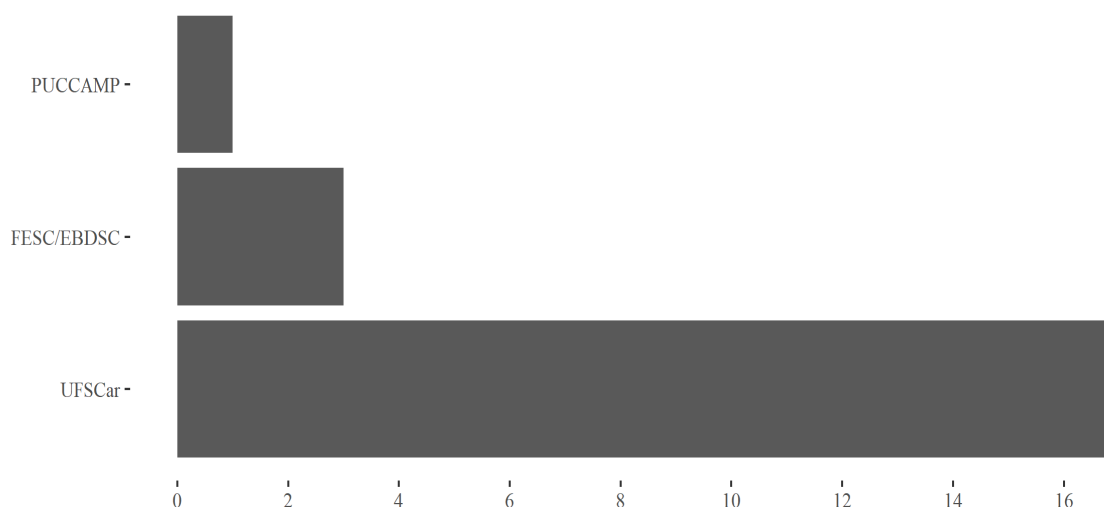


Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao grau de escolaridade, conforme mostra o gráfico 1, todos os vinte e um participantes da pesquisa possuem formação em educação superior, tal como é a exigência mínima para a atuação do bibliotecário.

O grupo de participantes apresenta diferentes níveis de escolaridade. Cerca de 10% dos profissionais possuem mestrado completo e quase metade do grupo possui especialização completa. Isso demonstra o interesse desses bibliotecários dar continuidade à sua formação e atualização, refletindo um esforço da equipe bibliotecária da cidade de São Carlos em se manter atualizada (Faria *et al.*, 2005).

Gráfico 2 – Distribuição dos respondentes pela instituição de ensino superior que se graduaram

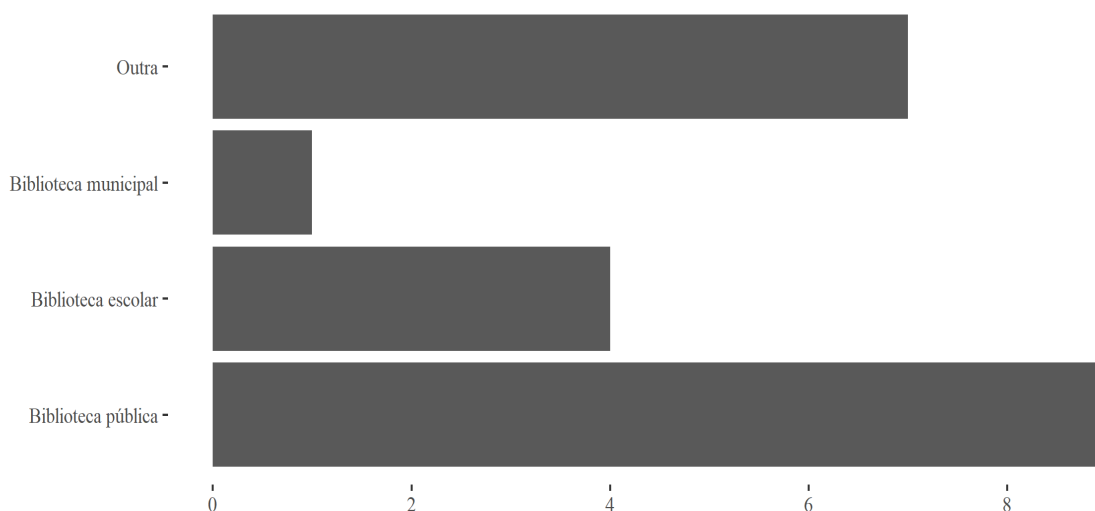


Fonte: Dados da pesquisa

A maioria dos respondentes se formou na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), evidenciando a relevância dessa instituição na formação na área, na região.

No que diz respeito à atuação dos bibliotecários, conforme mostra o gráfico 3, a maioria trabalha em bibliotecas públicas, nove, dos vinte e um participantes, o que indica uma presença significativa desse tipo de biblioteca entre os respondentes. Outro grupo relevante é composto pelos bibliotecários que atuam em outras instituições não especificadas, podendo incluir bibliotecas especializadas em determinadas áreas, como bibliotecas de universidades, organizações não governamentais, empresas, entre outras possibilidades. Além disso, é mencionado que quatro participantes atuam em bibliotecas escolares, essas bibliotecas estão presentes em instituições de ensino, desde escolas primárias até instituições de ensino superior, por fim apenas um participante relatou trabalhar em uma biblioteca municipal. As bibliotecas municipais são aquelas que estão vinculadas às administrações municipais e oferecem serviços e recursos para a comunidade local. Com base na distribuição apresentada pelo gráfico, pode-se inferir que as bibliotecas públicas são as mais comuns entre os participantes. No entanto, é importante ressaltar que essa análise é baseada em um número reduzido de participantes e pode não representar a distribuição geral de bibliotecários neste município.

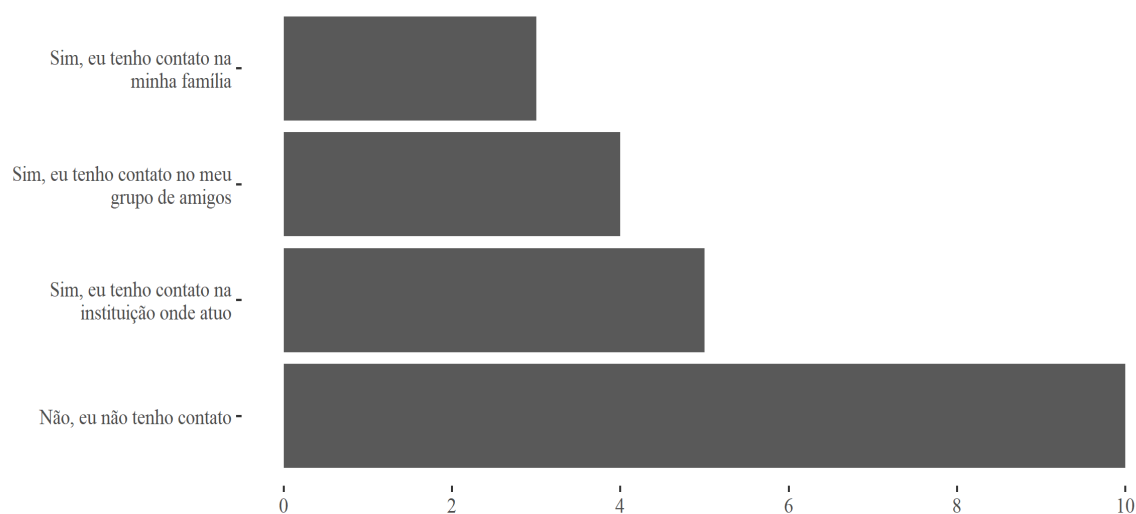
Gráfico 3 – Distribuição dos respondentes pelo tipo de biblioteca em que atuam



Fonte: Dados da pesquisa

A distribuição das respostas dos participantes para a questão 5 do questionário, sobre contato prévio com pessoas com Síndrome de *Down*, pode ser observada no gráfico 4.

Gráfico 4 – Distribuição dos respondentes pelo contato que possuem com alguma pessoa com Síndrome de *Down*



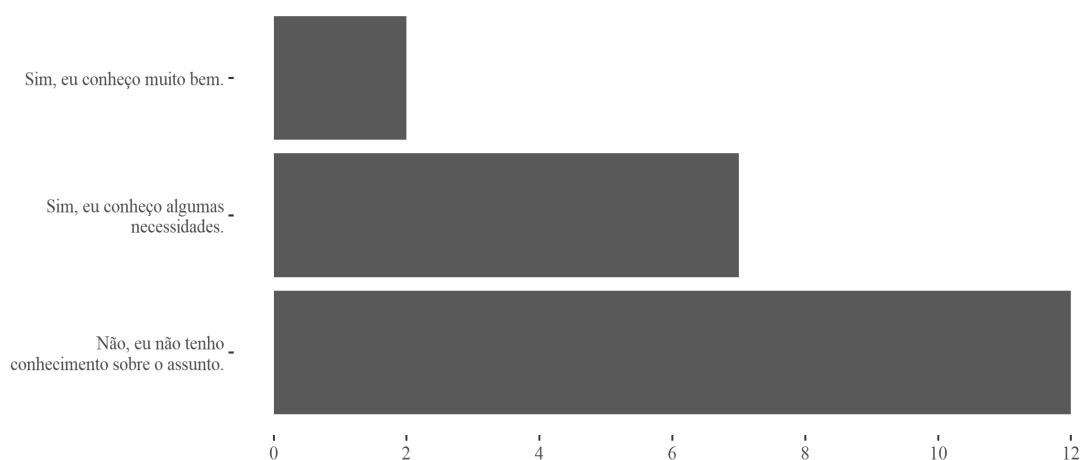
Fonte: Dados da pesquisa

Onze participantes possuem algum contato com pessoas com Síndrome de *Down*, seja no ambiente de trabalho, por meio de grupos de amigos ou na família, e há quem respondeu ter contato em mais de um contexto. No entanto, foi observado que uma parcela considerável dos bibliotecários, dez, dos vinte e um participantes, não possuem nenhum tipo de contato com

peças com Síndrome de *Down*. Ter contato com peças com deficiência intelectual pode trazer benefícios significativos, como o aumento da compreensão e respeito pela diversidade, além de promover relações enriquecedoras, como afirma Mazzotta; D'Antino (2011) ao dizer que a inclusão social requer ações voltadas para a criação de espaços e relacionamentos inclusivos, onde a educação, a cultura e o lazer desempenham seu papel.

Conforme representado no gráfico 5, doze respondentes admitiram não possuir conhecimento sobre as necessidades informacionais dessa população específica. No entanto, os dados também apontam que sete, dos entrevistados têm algum nível de conhecimento sobre essas necessidades. Isso sugere que existe uma parcela significativa de peças que reconhecem a importância de compreender e atender às demandas informacionais das peças com Síndrome de *Down*. Apenas dois, dos respondentes demonstraram um conhecimento amplo e detalhado sobre as necessidades informacionais dessa população. É fundamental que mais peças adquiram conhecimentos sólidos e compreensão sobre como fornecer informações acessíveis e relevantes para essa população, assim como nos estudos de (Berti; Bartalo; Araújo, 2014), sobre usuários da informação, têm se concentrado em investigar o comportamento informacional humano em diferentes contextos, abordando necessidades de informação, comportamentos de busca e modelos de acesso, buscando compreender como as peças satisfazem suas necessidades informacionais. O desenvolvimento desse campo de estudos é fundamentado na compreensão de que a informação é essencial para o funcionamento e interação dos indivíduos, grupos sociais, organizações e sociedade como um todo.

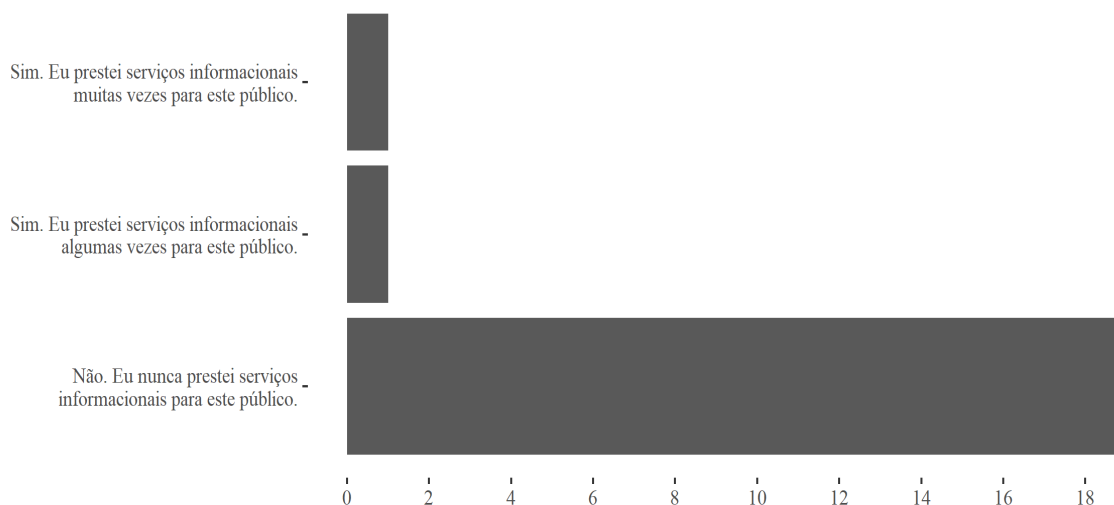
Gráfico 5 – Distribuição dos respondentes pelo conhecimento que possuem sobre as necessidades informacionais de peças com Síndrome de *Down*



Fonte: Dados da pesquisa

A questão 7 do questionário investiga se os participantes já prestaram algum tipo de serviço informacional para pessoas com Síndrome de *Down*, conforme observado no gráfico 6.

Gráfico 6 – Distribuição dos respondentes pelos serviços informacionais que já prestaram para pessoas com Síndrome de *Down*

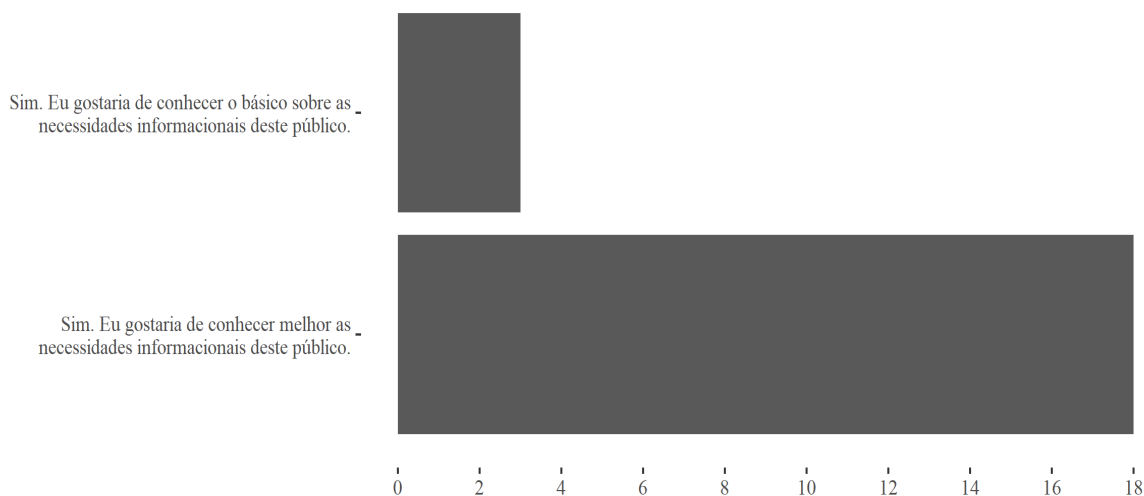


Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico indica que a maioria dos bibliotecários, dezenove, dos vinte e um participantes, não prestou serviço informacional para pessoas com Síndrome de *Down*. No entanto, é positivo notar que uma porcentagem mínima de bibliotecários já prestou serviços informacionais para pessoas com Síndrome de *Down*. Esses profissionais estão cientes das necessidades desse público e estão trabalhando para atendê-los. No entanto, é importante lembrar que, tal como indicado pelos preceitos da Biblioteconomia Social, todos os profissionais da área devem estar conscientes das necessidades informacionais de todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou condições específicas, como podemos saber através das cinco leis de Ranganathan (2009).

Se observa no gráfico 7, relacionada a questão 9 do questionário, se os participantes desejam obter mais conhecimento sobre as necessidades informacionais de pessoas com Síndrome de *Down*.

Gráfico 7 – Distribuição dos respondentes pelo desejo que possuem em obter mais conhecimento sobre as necessidades informacionais de pessoas com Síndrome de *Down*

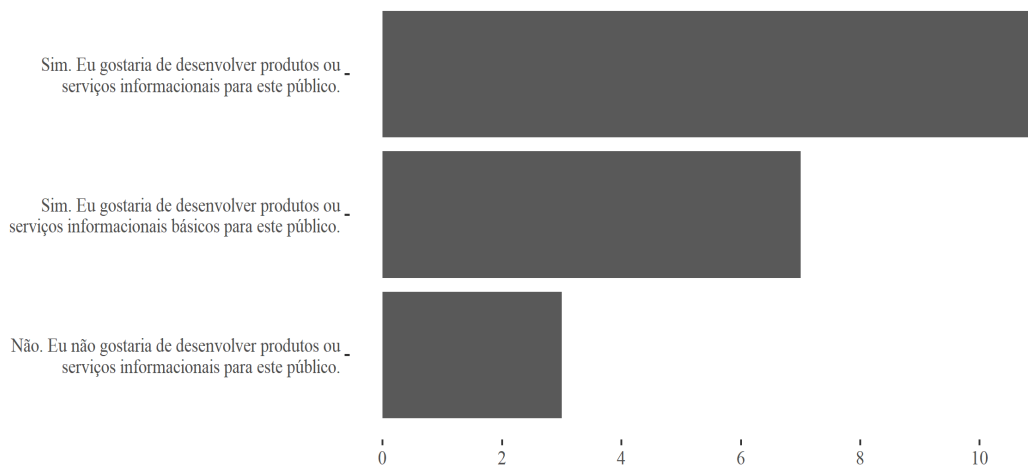


Fonte: Dados da pesquisa

Dezoito participantes demonstraram interesse em conhecer melhor essas necessidades, indicando um compromisso com a inclusão e a acessibilidade. Ao compreender as necessidades específicas desse público, os bibliotecários podem desenvolver estratégias e recursos para atendê-las, conforme os preceitos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015).

A questão 10 do questionário investiga se os participantes gostariam de desenvolver produtos e serviços informacionais de pessoas com Síndrome de *Down*, que são observados no gráfico 8.

Gráfico 8 – Distribuição dos respondentes pelo desejo que possuem em desenvolver produtos ou serviços informacionais para pessoas com Síndrome de *Down*

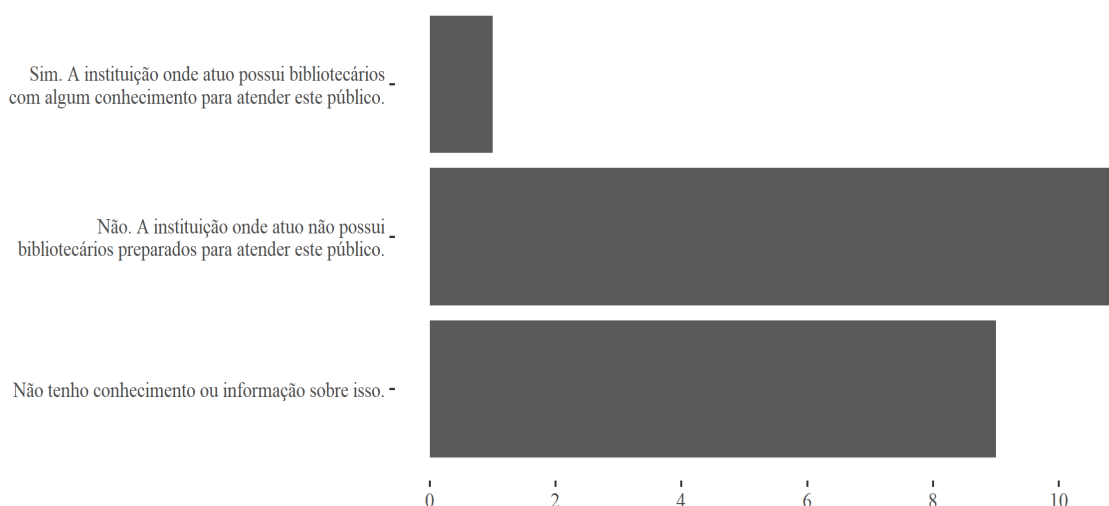


Fonte: Dados da pesquisa

Onze participantes manifestaram interesse em desenvolver produtos ou serviços informacionais para o público com Síndrome de *Down*, o que revela uma disponibilidade importante que pode facilitar a adesão na temática. Todavia, sete participantes indicaram ter apenas interesse em conhecer o básico sobre as necessidades informacionais das pessoas com Síndrome de *Down*, ressaltando a necessidade de um compromisso maior em aprender e se capacitar para atender a esse público eficazmente. Por isso, é essencial investir em programas de sensibilização e capacitação para garantir que os bibliotecários possam oferecer serviços inclusivos e acessíveis. Como constatado em Stroparo (2014), as ações relacionadas à acessibilidade estão sendo implementadas nas bibliotecas, porém ainda é necessário superar barreiras para garantir a inclusão de alunos com deficiência. Também foi identificada a necessidade de formação contínua para os bibliotecários e uma mudança de mentalidade em relação às dificuldades enfrentadas no tratamento das diferenças

A distribuição das respostas dos participantes para a questão 11 do questionário se refere à instituição na qual o bibliotecário exerce suas funções atualmente, questionando se ela possui bibliotecários preparados para atender pessoas com Síndrome de *Down*, essas respostas representadas no gráfico 9.

Gráfico 9 – Distribuição dos respondentes segundo a percepção que possuem sobre a preparação dos bibliotecários do local de trabalho para atender pessoas com Síndrome de *Down*

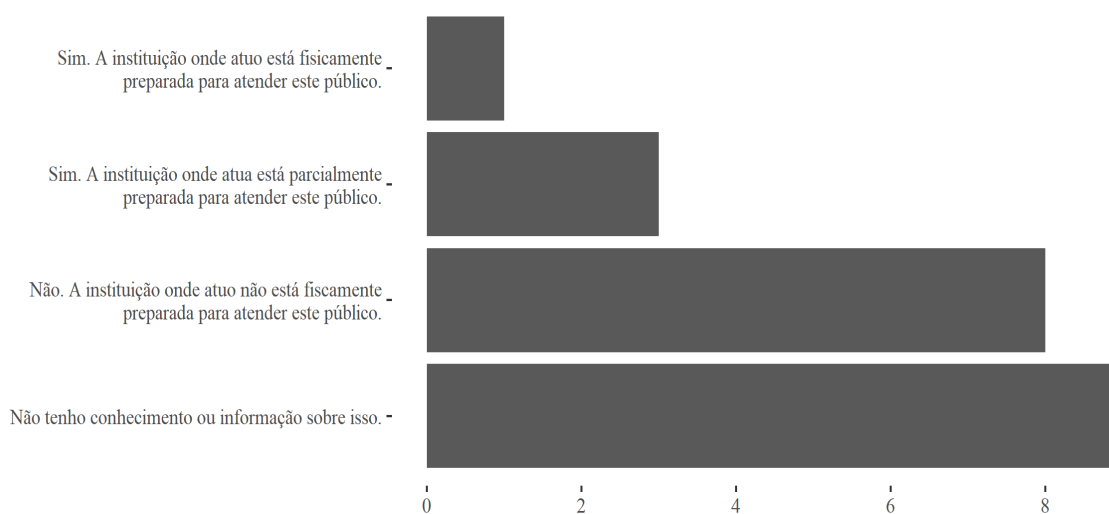


Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados revelaram uma tendência preocupante, com a maioria dos participantes afirmando que a instituição onde atuam não está preparada para atender adequadamente as necessidades dessas pessoas. Essa constatação indica uma lacuna na formação e na capacitação dos bibliotecários em relação ao atendimento inclusivo e acessível às pessoas com Síndrome de *Down*. Essa falta de preparação pode resultar em barreiras de acesso à informação e à participação desses indivíduos na biblioteca (Wellichan; Manzini, 2021).

As respostas dos participantes para a questão 12 do questionário relacionam-se à percepção que possuem sobre a instituição estar fisicamente preparada para atender pessoas com Síndrome de *Down*, conforme representado no gráfico 10.

Gráfico 10 – Distribuição dos respondentes segundo a percepção que possuem sobre a adequação física do local de trabalho para atender pessoas com Síndrome de *Down*

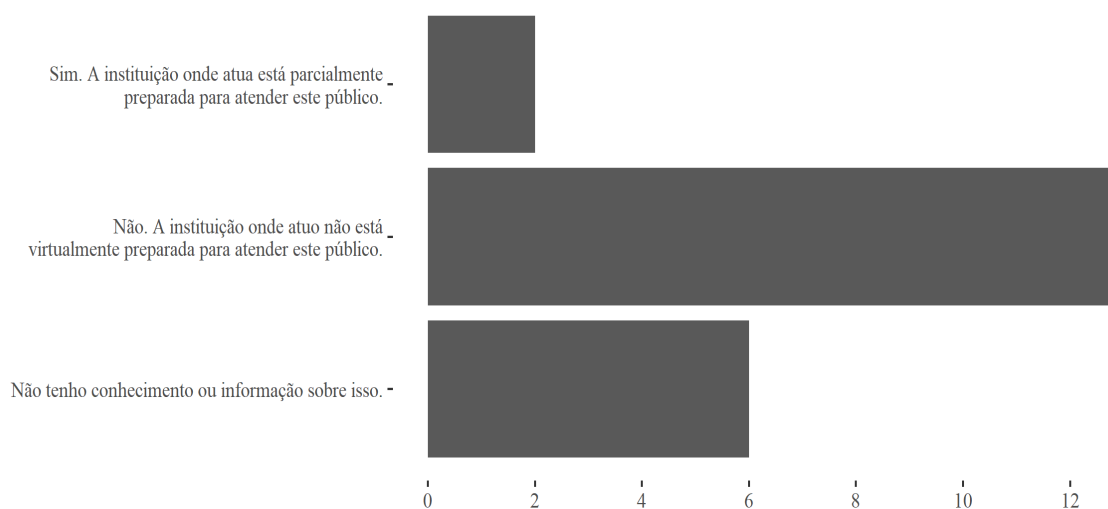


Fonte: Dados da pesquisa

Em relação às instituições onde os bibliotecários atuam, nove participantes indicam não ter conhecimento ou informação sobre a adequação física, oito afirmam que a instituição onde atua não está fisicamente preparada para atender pessoas com Síndrome de *Dow*. Tais resultados podem indicar uma ausência de investimentos em acessibilidade. A falta de preparação física, das instituições, para atender pessoas com Síndrome de *Down* mostra a necessidade de investir em infraestrutura adequada, bem como na sensibilização e capacitação dos profissionais. No entanto, tal como apontado na literatura, especificamente com o estudo de Santa Anna (2017), a falta de investimentos em bibliotecas, é unanime, no país, não sendo esta uma especificidade da cidade de São Carlos.

As respostas dos participantes para a questão 13 do questionário refere-se á percepção que possuem sobre a instituição estar virtualmente preparada para atender pessoas com Síndrome de *Down*, e está representada no gráfico 11.

Gráfico 11 – Distribuição dos respondentes segundo a percepção que possuem sobre a adequação virtual do local de trabalho para atender pessoas com Síndrome de *Down*



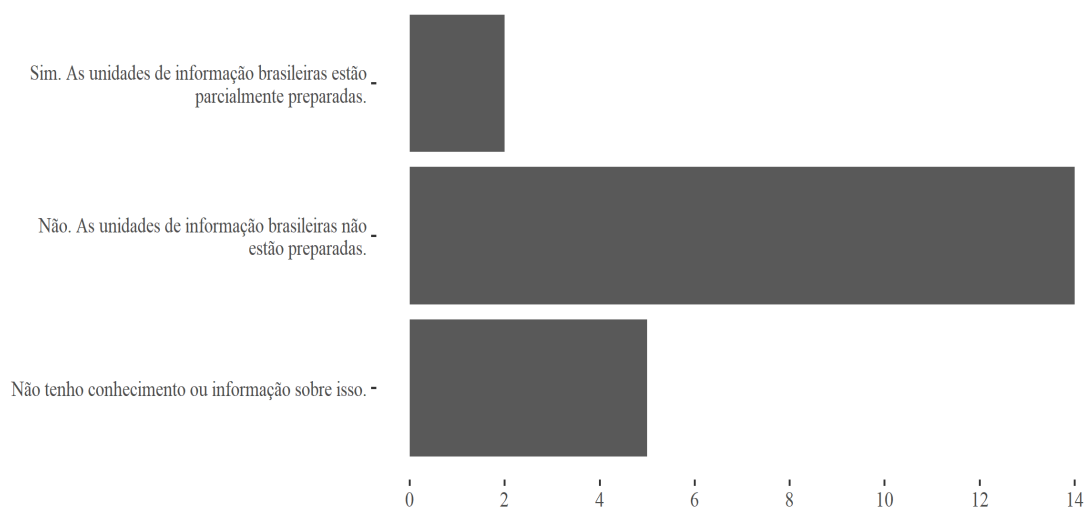
Fonte: Dados da pesquisa

Treze respondentes acreditam que a instituição onde trabalham não está virtualmente preparada para atender às necessidades das pessoas com Síndrome de *Down* e seis respondentes, afirmam não ter conhecimento ou informação sobre o assunto.

É essencial lembrar que a Síndrome de *Down* não deve ser vista como uma limitação, mas como uma diversidade, e que essas pessoas têm o direito de acessar informações e tecnologias adequadamente às suas necessidades e habilidades. Desenvolver produtos informacionais acessíveis é uma forma crucial de garantir que as pessoas com Síndrome de *Down* tenham acesso às informações necessárias para participar plenamente da sociedade. Isso pode ser feito por meio do uso de linguagem simples e acessível, recursos visuais e auditivos, adaptação de interfaces de usuário e outras estratégias que facilitem o acesso e a compreensão das informações (Brasil, 1996).

A distribuição das respostas para a pergunta 14 se refere às unidades de informação brasileiras estarem preparadas para atender as necessidades informacionais de pessoas com Síndrome de *Down*, tais respostas encontram-se representadas no gráfico 12.

Gráfico 12 – Distribuição dos respondentes segundo a percepção que possuem sobre a preparação das unidades de informação brasileiras para atender as pessoas com Síndrome de *Down*



Fonte: Dados da pesquisa

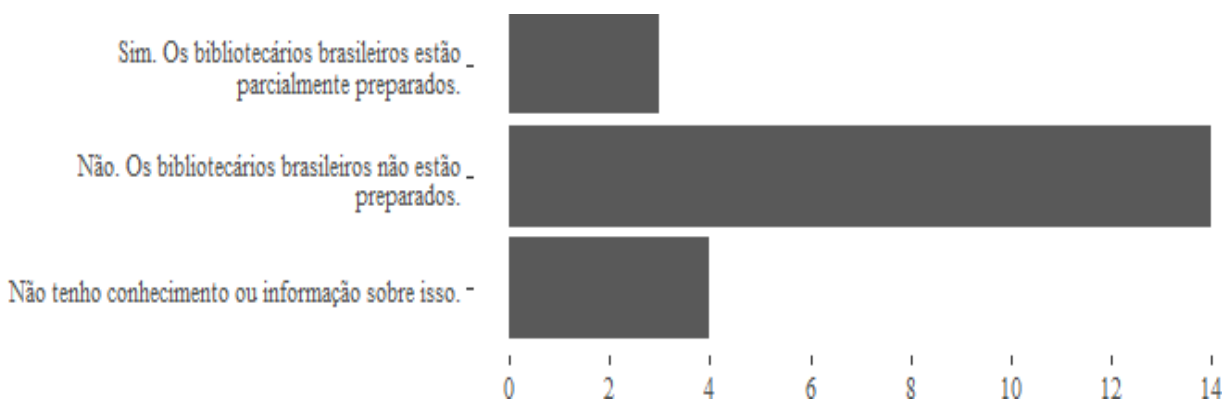
A maioria dos participantes afirma que as unidades de informação não estão preparadas para atender adequadamente esse público. A falta de preparação das unidades de informação pode ser atribuída à falta de conscientização sobre as necessidades específicas das pessoas com Síndrome de *Down* e à ausência de políticas e diretrizes claras nesse sentido. É necessário investir em programas de capacitação e sensibilização para os profissionais que atuam nessas unidades, a fim de promover uma cultura de inclusão e garantir que todos os usuários sejam atendidos de forma adequada. Além de, promover a colaboração entre as unidades de informação, organizações de pessoas com deficiência e especialistas no assunto. Ao abordar essa falta de preparação, as unidades de informação brasileiras podem ter a oportunidade de se tornarem ambientes verdadeiramente inclusivos, nos quais todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou condições, possam desfrutar plenamente dos serviços e recursos disponíveis, promovendo assim o acesso à informação.

A pesquisa de Santos (2022) mostra que as instituições estudadas desenvolvem ações no serviço de Disseminação Seletiva da Informação (DSI) de forma planejada e regular. As unidades de informação utilizam diversas fontes de informação, como o site da biblioteca, e-books e sites governamentais, para apoiar o serviço de DSI e destaca-se a necessidade de uma

postura ativa por parte dos bibliotecários, a barreira do idioma e a diversidade das necessidades de informação nas áreas das Ciências da Saúde. Esse serviço de DSI desempenha um papel primordial na busca pelo bem-estar social, fornecendo informação produzida e disseminada em diversos contextos de comunicação e informação.

A questão 15 do questionário focou a percepção dos participantes sobre a preparação dos bibliotecários brasileiros para atender pessoas com Síndrome de *Down*, conforme observado no gráfico 13.

Gráfico 13 – Distribuição dos respondentes segundo a percepção que possuem sobre a preparação dos bibliotecários brasileiros para atender pessoas com Síndrome de *Down*



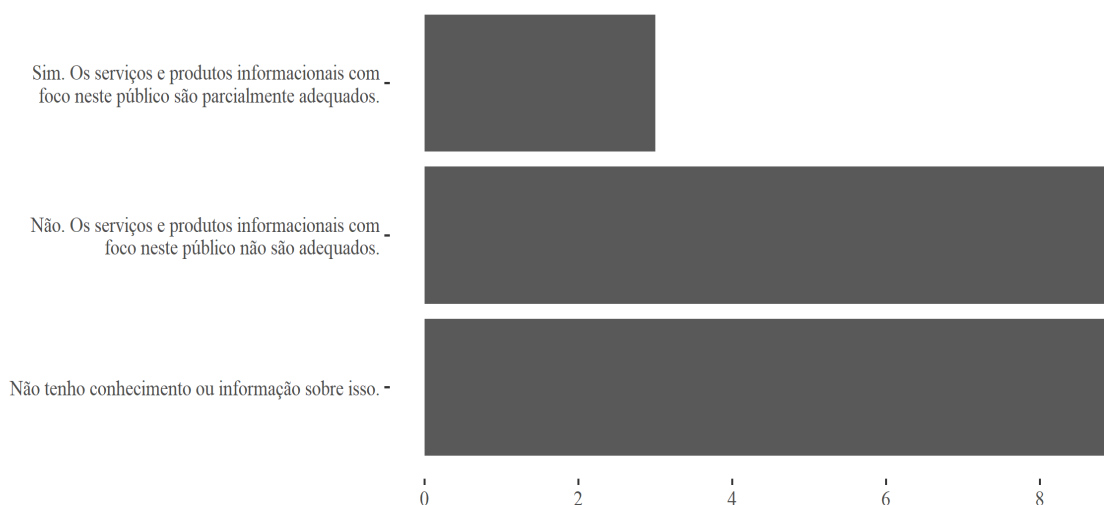
Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados revelaram uma tendência preocupante, com quatorze participantes afirmando que os bibliotecários brasileiros não estão preparados para atender adequadamente esse público. Essa constatação aponta para uma lacuna na formação e capacitação dos bibliotecários em relação ao atendimento inclusivo e acessível às pessoas com Síndrome de *Down*. A falta de preparação pode resultar em barreiras de acesso à informação e na exclusão dessas pessoas do pleno aproveitamento dos recursos e serviços oferecidos pelas bibliotecas. É importante que as instituições de ensino e os órgãos responsáveis pela formação dos bibliotecários incluam em seus currículos conteúdos relacionados à inclusão, acessibilidade e necessidades específicas de diferentes grupos, como pessoas com Síndrome de *Down*. Isso permitirá que os futuros profissionais estejam preparados desde o início de suas carreiras para atender a diversidade de usuários que frequentam as bibliotecas (Wellichan; Manzini, 2021).

A questão 16 do questionário versa sobre a adequação dos serviços e produtos informacionais para pessoas com Síndrome de *Down* disponibilizados no contexto brasileiro, e

estão disponíveis no gráfico 14 abaixo.

Gráfico 14 – Distribuição dos respondentes segundo a percepção que possuem sobre a adequação dos serviços e produtos informacionais brasileiros para atender pessoas com Síndrome de *Down*



Fonte: Dados da pesquisa

Nove participantes afirmaram que os serviços e produtos voltados para esse público não são adequados. Essa constatação evidencia certa falta de atenção em relação às necessidades específicas das pessoas com Síndrome de *Down* no contexto da informação. Os serviços e produtos informacionais devem ser projetados de forma inclusiva e acessível, levando em consideração as características cognitivas e de aprendizado desses indivíduos. É necessário investir em pesquisa e desenvolvimento de recursos informacionais que sejam adaptados e adequados para pessoas com Síndrome de *Down*. Além disso, é importante capacitar os profissionais da informação, como bibliotecários e especialistas em tecnologia da informação, para que possam entender as necessidades específicas dessas pessoas e oferecer soluções eficazes.

Os estudos de Wellichan e Manzini, (2021) na literatura são significativos evidenciando que a maioria das bibliotecas possuem recursos de tecnologia assistiva. Os serviços e produtos informacionais devem ser projetados de forma inclusiva e acessível, levando em consideração as características cognitivas e de aprendizado desses indivíduos, promovendo uma atuação mais significativa que garanta sua inclusão nos ambientes informacionais. É importante continuar a desenvolver práticas inclusivas e aprimorar o entendimento sobre as necessidades específicas

desses usuários para proporcionar uma experiência informacional igualitária e acessível a todos.

6.2 Resultados qualitativos

Na pesquisa de opinião, deixou-se uma questão em aberto para que os respondentes se manifestassem sobre quais produtos ou serviços informacionais para pessoas com Síndrome de *Down* poderiam ser oferecidos na biblioteca onde trabalha. Suas respostas, enumeradas de P1 a P21, foram agrupadas nas seguintes categorias temáticas representativas: 1) desconhecimento do assunto; 2) necessidade de capacitação e estabelecimento de parcerias interprofissionais; 3) adaptações e adequações de recursos tecnológicos das bibliotecas; 4) adequação física do ambiente para atendimento das pessoas com Síndrome de *Down* ; 5) gratidão em participar da pesquisa de opinião; 6) identificação da relevância da pesquisa na temática; 7) reiteração de desconhecimento do assunto; 7) dificuldades do exercício da profissão bibliotecária.

Na categoria — desconhecimento do assunto, dez respondentes deixaram explícito em suas falas que não possuem conhecimento sobre a temática abordada quanto ao atendimento/suporte para pessoas com Síndrome de *Down*, conforme os seguintes registros:

P2 *-Não sei dizer.*

P4 *-Eu não tenho nem ideia, acredito que deveríamos saber atender esse público.*

P7 *-Preciso primeiro estudar um pouco sobre essa necessidade e depois opinar.*

P10 *-Não tenho conhecimento sobre essa questão.*

P12 *-Não sei opinar sobre isso.*

P15 *-Não tenho conhecimento sobre o assunto.*

P17 *-Será necessário mais informações sobre o assunto para responder adequadamente essa pergunta.*

P21 *-Não tenho conhecimento sobre, para opinar.*

P18 *-Ainda não tivemos esse público.*

Essas respostas mostram a relevância do que mencionam autores da área sobre a demanda de adequações das grades curriculares de graduações e pós-graduações, com inclusão de disciplinas voltadas ao entendimento e atendimento de necessidades específicas de algumas populações na intersecção com a área da saúde (Majinge; Misonge, 2020; Prudêncio; Rodrigues, 2020).

Dentro dessas categorias, foram identificados também sentimentos de insegurança por parte dos bibliotecários para opinar sobre o assunto e atuar na prática, em decorrência da ausência de conhecimento ou domínio da temática, tal como pode ser observado nas respostas

P7, P17 e P21.

Esse dado pode dialogar com o que destacam alguns autores sobre a necessidade de adequar o perfil da formação destes profissionais, incluindo o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências que possibilitem que se sintam seguros e aptos para adentrar e atuar neste campo (Biaggi; Valentim, 2018; Majinge; Misonge, 2020; Prudêncio; Rodrigues, 2020).

O respondente P4, ao mencionar o desconhecimento a respeito do assunto, ressaltou a crença de que deveria ser algo incluído dentre os domínios, habilidades e competências do profissional bibliotecário, tal como aos autores acima citados mencionam.

A seguir, serão apresentados e discutidos os resultados da categoria — necessidade de capacitação e estabelecimento de parcerias interprofissionais, quatro respondentes enfatizaram a necessidade de maior capacitação sobre o assunto, conforme os seguintes registros:

P1 — (...) *a equipe de profissionais necessita de formação e preparo para atender às demandas e as especificidades com vistas a entender quais são as expectativas e necessidades das pessoas com Síndrome de Down, bem como o olhar sobre a promoção da autonomia, interatividade e participação das atividades propostas pelas bibliotecas.*

P11 — *Poderíamos ter treinamento sobre.*

Novamente, as respostas versam sobre a demanda de adequação da formação do profissional bibliotecário voltada para a temática, com a importância do aprimoramento contínuo, inclusive, posteriormente à sua formação base (Biaggi; Valentim, 2018). A resposta de P1 se alinha com Biaggi e Valentim (2018) ao ressaltar que a atuação do bibliotecário com populações com demandas na área da saúde deve ocorrer considerando as especificidades de suas necessidades, ao que destacamos não só as suas dificuldades, mas também possibilidades e potencialidades, a fim de conferir um suporte com o melhor nível de adequação e qualidade possível.

Dentre as respostas sobre capacitação e aprimoramento profissional, alguns participantes apontaram a demanda e importância do estabelecimento de parcerias com profissionais especialistas, ou seja, de outras áreas, já familiarizados com o tema, como profissionais da educação e da saúde.

P13 — *Apoio na equipe com profissional capacitado e também parcerias com o professor de educação especial.*

P16 — *Além de orientação ao profissional bibliotecário, um profissional especialista para auxiliar no atendimento a usuário com Síndrome de Down por serem usuários que requerem carinho e atenção individual com calma.*

Essa fala corrobora com a reflexão acerca das diferentes competências profissionais e como é benéfico o trabalho em equipe, no sentido de potencializar o suporte e atendimento a esse público e a sua inclusão de forma adequada (Biaggi; Valentim, 2018).

Todavia, acende também um alerta sobre o fato disso não ser considerado como uma responsabilidade e competência do profissional bibliotecário, inclusive, entendendo como grande exigência preceitos básicos da interação e atendimento ao público, como atenção, respeito, carinho e calma. A resposta de P16 possibilita a reflexão sobre como essas lacunas formativas e de definição de competências e, conseqüentemente, esse tipo de pensamento, podem acabar por contribuir com os estados de insegurança e desigualdade informacional a que a maioria das pessoas com Síndrome de *Down* estão sujeitas. Além disso, destaca barreiras sociais, com preconceitos, estigmas e processos de exclusão, que envolvem as experiências desse público, restringindo o uso e acesso da informação (Gibson; Martin, 2019).

Essas respostas mostram a importância não só da inclusão de disciplinas ou atualizações para conhecimentos e habilidades relacionadas à saúde, mas também do âmbito educativo, com desenvolvimento de habilidades e técnicas específicas de ensino-aprendizagem.

Além disso, o quanto é crucial compreender as fragilidades e inviabilidades ao esperar que o bibliotecário tenha todo esse aporte do saber necessário para atuação na área, ressaltando o valor da formação de parcerias, do compartilhamento de saberes, do trabalho em equipe e da interprofissionalidade (Biaggi; Valentim, 2018).

Na categoria - adaptações e adequações no ambiente de recursos tecnológicos das bibliotecas, três respondentes apresentaram falas relacionadas ao uso de tecnologias, conforme os seguintes registros:

P5 — *Softwares específicos de busca.*

P6 — *Software para pessoas com Down, uma especialização aos bibliotecários para entenderem as necessidades.*

P8 — *Aparelhos que convertam o livro ou a informação em áudio para facilitar a compreensão do usuário.*

Isso dialoga com Monteiro *et al.* (2013) ao enfatizar que o profissional bibliotecário precisa ter um perfil adaptativo, acompanhando e se adequando às mudanças e inovações tecnológicas disponíveis, para utilizá-las no suporte às necessidades das pessoas com deficiências ou diversidades.

Em consonância com o que os participantes da pesquisa sugeriram, as publicações na literatura mostram que a utilização de recursos de tecnologia assistiva e aumentativa, como softwares, aplicativos e dispositivos adaptados, podem ser estratégias eficazes para maximizar

a compreensão e a autonomia dos usuários, facilitando a inclusão e o acesso à informação de pessoas com Síndrome de *Down* e outros tipos de deficiências (Pelosi; Teixeira; Nascimento, 2019). Sendo assim, a inclusão desses recursos e tecnologias no ambiente das bibliotecas pode ser benéfica e corroborar para a inclusão do público com Síndrome de *Down*, bem como há a demanda de parceria (conforme já mencionado anteriormente) com profissionais especialistas que possam realizar treinamento e capacitação dos bibliotecários para usar e orientar o uso dessas tecnologias, que devem ser adaptadas às necessidades, habilidades, potencialidades e desejos de cada pessoa. Mediante os achados na literatura, foi possível identificar o potencial da parceria com o profissional terapeuta ocupacional, que possui amplo domínio do tema, tanto de tecnologias e recursos quanto adaptações ambientais, que podem melhorar o acesso e inclusão (Pelosi; Teixeira; Nascimento, 2019).

Neste mesmo aspecto, dois respondentes evidenciaram a necessidade de adequação física dos espaços para atendimento das pessoas com Síndrome de *Down*, conforme os seguintes registros:

P1 — *Primeiramente a biblioteca pública precisa se adequar fisicamente com espaços diversos e possibilidades de experimentação sensorial (...).*

P9 — *Disseminação seletiva das informações, Serviço de Referência humanizado e acolhedor, para poder atender as demandas informacionais deste público, acessibilidade no layout, dentre outros.*

Conforme citado anteriormente, a parceria com equipes multiprofissionais pode somar esforços e saberes, possibilitando ao bibliotecário um olhar ampliado e diferenciado para as pessoas com Síndrome de *Down*, mais humanizado e naturalizado, compreendendo as necessidades não só em termos de dificuldades ou limitações, mas também as potencialidades e possibilidades de estimulá-las. Outro ponto, consiste em compreender que ambientes inclusivos não se fazem só de adaptações ambientais e tecnológicas, mas também e, principalmente, por interações humanizadas e pautadas na garantia de direitos (Brasil, 1999). Os respondentes foram convidados a registrar comentários livres sobre o assunto. Seus comentários versaram sobre considerações sobre a presente pesquisa de opinião; necessidade de capacitação e parceria; desconhecimento sobre a temática; e, dificuldades diárias da profissão bibliotecária. Na categoria — gratidão em participar da pesquisa de opinião, dois respondentes se manifestaram gratos por participar e mostraram compreender a relevância do tema para o seu trabalho e para o público em questão, conforme os seguintes registros:

P1 — *Fico feliz em responder a este questionário para prestar a atenção sobre produtos e serviços das bibliotecas com foco em pessoas com Síndrome de Down. É preciso acolher as necessidades informacionais de forma acessível e inclusiva.*

P9 — *Parabenizo à pesquisadora e sua orientadora pela relevância da temática apresentada.*

Essas frases apresentam sustentação na compreensão de que as pessoas com Síndrome de *Down* possuem direito ao uso e acesso às informações das bibliotecas assim como qualquer outra pessoa, portanto, é urgente e crucial que esses profissionais e espaços estejam cada vez mais aptos ao acolhimento em termos de garantia de direitos e cumprimento de dever social, como preconizado de modo geral no Estatuto das Pessoas com Deficiências (Brasil, 2015). Como profissionalização, acessibilidade, programas e serviços específicos, tecnologia assistiva, adequação de barreiras de qualquer natureza, como urbanísticas, arquitetônicas, de comunicações, dentre outras normas que assegurem o bem-estar pessoal e social.

Na categoria — identificação da relevância da pesquisa na temática, três respondentes reiteraram essa necessidade, conforme os seguintes registros:

P6 — *Numa sala de aula é preciso uma professora somente para uma pessoa com Down, acredito que o bibliotecário deve ter a especialização para atendimento a esse usuário.*

P7 — *Preciso primeiro estudar um pouco sobre essa necessidade e depois opinar.*

P15 — *Poderia haver cursos para os bibliotecários para atendimento em todos os tipos de deficiência.*

Isso se relaciona com a importância de atualização do profissional e adaptação curricular com inclusão da temática em pós-graduações (Majinge; Msonge, 2020). Entretanto, é preciso ressaltar que a demanda de atendimento para esse público é uma realidade e não deve ser condicionada ou limitada ao saber prévio, ao contrário, o profissional bibliotecário e os currículos precisam se adequar urgentemente para conferir o suporte de direito às pessoas com Síndrome de *Down* e qualquer outro tipo de deficiência ou necessidades específicas.

Na categoria — reiteração de desconhecimento do assunto, um respondente reiterou, conforme o seguinte registro:

P2 — *Não temos nenhum caso de usuários com Síndrome de Down, cuido de uma pessoa com Síndrome de Down, mas não saberia dizer quais as adequações para esse público que a biblioteca universitária teria que fazer.*

Nos resultados da categoria — dificuldades do exercício da profissão bibliotecária, para o atendimento às necessidades das pessoas com Síndrome de *Down*, foram identificadas expressões de dificuldades diárias da profissão bibliotecário, exigências específicas da rotina de trabalho, crenças à respeito do suporte às pessoas com Síndrome de *Down* e da competência da profissão, um respondente se manifestou, sobre as dificuldades do exercício da profissão bibliotecária, conforme o seguinte registro:

P13 — *O ambiente da biblioteca quase sempre possui equipe reduzida e grande*

demanda, não só em relação à análise e processamento do acervo, ação cultural, gerenciamento e coordenação das atividades, serviço de referência e tantos outros. Ainda que capacitado, o profissional sem equipe estará infelizmente limitado, ainda que parcialmente, para desenvolver um trabalho de qualidade em relação a este ou qualquer outro público específico.

Na área da saúde ou em qualquer área do conhecimento, o papel do bibliotecário é atuar como gerenciador da informação, organizando e disponibilizando as vastas quantidades de informações presentes nos diversos setores da instituição. Suas principais competências incluem manter-se atualizado, liderar equipes, trabalhar em equipe em rede, analisar e sintetizar informações, ter conhecimento em outros idiomas, ter habilidades de comunicação e negociação, agir com ética, ter senso de organização, ser empreendedor, ter raciocínio lógico, capacidade de concentração, proatividade e criatividade (Biaggi; Valentim, 2018).

Em síntese, a pesquisa de opinião realizada na biblioteca trouxe algumas questões importantes relacionadas ao atendimento de pessoas com Síndrome de *Down*. Dentre as respostas dos participantes, houve uma diversidade de opiniões e percepções sobre o assunto.

Parte significativa dos respondentes admitiu não possuir conhecimento específico sobre o tema da Síndrome de *Down* e suas demandas informacionais. Essa constatação revela a necessidade de capacitação dos profissionais da biblioteca para melhor compreender e atender as necessidades desse público específico. Alguns participantes sugeriram a realização de treinamentos e parcerias com profissionais especializados, como os professores de educação especial, para oferecer um atendimento adequado e inclusivo.

Outro ponto mencionado pelos respondentes foi a importância do uso de tecnologias e softwares específicos para pessoas com Síndrome de *Down*. A utilização de recursos como softwares de busca adaptados, que facilitem o acesso à informação, e dispositivos que convertam textos em áudio foram mencionados como formas de promover a compreensão e a autonomia dos usuários.

A adequação física dos espaços também foi destacada por alguns participantes. Eles ressaltaram a importância de ambientes inclusivos, que ofereçam espaços diversificados e possibilidades de experimentação sensorial, para atender às necessidades das pessoas com Síndrome de *Down*. Além das respostas relacionadas diretamente à temática da Síndrome de *Down*, alguns participantes aproveitaram a oportunidade para fazer comentários livres. Alguns manifestaram gratidão por participar da pesquisa e ressaltaram a importância da inclusão e acessibilidade nas bibliotecas. Outros reforçaram a necessidade de capacitação dos profissionais bibliotecários e parcerias interprofissionais para o atendimento de todas as deficiências. Houve também quem destacasse as dificuldades enfrentadas pelos bibliotecários no exercício de sua

profissão, como a falta de recursos e equipe reduzida, que podem limitar o desenvolvimento de um trabalho de qualidade para públicos específicos.

Essa diversidade de considerações evidencia a importância de se promover o debate e a reflexão sobre o atendimento às pessoas com Síndrome de *Down* nas bibliotecas. É fundamental investir em capacitação, parcerias interprofissionais e recursos tecnológicos para oferecer um serviço inclusivo, acessível e de qualidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo sendo a cidade de São Carlos, um polo importante no que diz respeito à oferta de equipamentos de saúde e de cursos de graduação e pós-graduação relacionadas a saúde e a educação especial, identificamos haver uma aproximação, ainda incipiente, das ações bibliotecárias, alinhadas às demandas informacionais específicas de pessoas com deficiências, em especial, com Síndrome de *Down*. A pesquisa, que teve um direcionamento específico para verificar ações voltadas a essa comunidade, também revelou o quanto ainda precisamos investir na formação e na contínua capacitação de estudantes e profissionais da informação, para esse fim. Nesse sentido, reconhecemos haver uma lacuna crítica relacionada à oferta de formação e capacitação específica aos profissionais da informação, na cidade, mesmo havendo, desde 1959, o curso de formação ao nível superior em Biblioteconomia. Assim, embora haja uma dinâmica salutar na cidade, relacionada à oferta de produtos e serviços de saúde, não houve o devido investimento na oferta de atividades educacionais biblioteconômicas direcionadas a formação desse profissional, para atuar com o público com deficiências. Ao mesmo tempo, pudemos constatar que nos últimos anos, houve um investimento tanto da graduação como da pós-graduação em ofertar disciplinas direcionadas às especificidades da área de saúde, o que, em médio prazo, poderá resultar em uma formação profissional, mais qualificada para atender esse público.

Quanto ao objetivo geral de identificar e examinar a percepção dos bibliotecários sobre os serviços e produtos informacionais disponíveis para pessoas com Síndrome de *Down*, na cidade de São Carlos, no Estado de São Paulo, Brasil, podemos dizer que, mesmo tendo havido pouco retorno do público respondente, foi possível ter uma dimensão sobre o desenvolvimento e o conhecimento dos profissionais sobre a temática. Estes, por sua vez, em geral, sinalizaram ainda não dominarem, idealmente, as competências e habilidades necessárias para atuar junto a este público. Mas, ao mesmo tempo, sinalizaram grande interesse em avançar na busca por informações e formação para qualificar sua prática profissional no que confere a promoção da justiça social e a acessibilidade. Dentre as sugestões elencadas por estes profissionais estão, a necessidade de terem acesso a uma educação continuada sobre o tema e de buscarem sempre sensibilizar a classe, sobre as especificidades informacionais de todos os públicos.

Para além dos resultados diretamente alcançados, foi possível aferir ao instrumento de coleta de dados desenvolvido, um valor metodológico, que poderá ser replicado, tanto ao nível nacional, como também poderá ser adaptado para diagnósticos de práticas profissionais relacionadas a outros públicos diversos.

Diante disso, torna-se perceptível o papel potencial que o profissional bibliotecário e de

informação pode ter ao atuar na intersecção com o campo da saúde, com vistas a minimizaras barreiras ao uso de tecnologias, bem como evitar que esse público, já em situação de vulnerabilidade, experimente ou continue experimentando estados de desigualdades informacionais. Neste sentido, compreendemos que este profissional pode corroborar para a melhoria do acesso, inclusive para o trabalho.

Entretanto, para que isso aconteça, os profissionais precisam sentir-se seguros e aptos para a sua realização. Sendo assim, é crucial que ocorram revisões e sejam incentivadas transformações nos processos formativos dos profissionais bibliotecários e do campo da informação, além da inserção de uma ou mais disciplinas específicas na grade curricular, incluindo como prerrogativa de sua formação o estímulo ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências necessárias para que as pessoas com Síndrome de *Down* e suas famílias tenham o melhor suporte possível.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS BRASIL: Federação Nacional das Apaes. Disponível em: <https://apaebrazil.org.br/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS SÃO CARLOS. São Carlos, 2023. Disponível em: <http://www.apaesaoacarlossp.org.br>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BERGET, Gerd; MACFARLANE, Andrew. What is known about the impact of impairments on information seeking and searching? **Journal of the Association for Information Science and Technology**, Hoboken, v. 71, n. 5, p. 596-611, 2020.

BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey; BARTALO, Linete; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Comportamento informacional de pais de crianças com Síndrome de *Down*. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 225-248, jan./abr. 2014.

BERTI, Ilemar Christina Wey; BARTALO, Linete. Significado cultural e comportamento informacional. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 98-118, jul./dez. 2017.

BIAGGI, Camila; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. Perspectivas e tendências da atuação do bibliotecário na área da saúde. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 27-32, 2018.

BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (BCo). São Carlos, 2023. Disponível em: <https://www.bco.ufscar.br>. Acesso em 14 jun. 2023.

BRASIL. Conselho Federal de Biblioteconomia. **Resolução no 006**, de 13 de julho de 1966. Juramento Regulamentado. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção I, 17 ago. 1966, p. 2361.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 51, de 25 de agosto de 1989. Readaptação profissional e emprego de deficientes. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, DF, 28 ago. 1989a, Seção 2, p. 4249.

BRASIL, Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 out. 1989b, Seção 1, p. 1920.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990, Seção 1, p. 13563.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 1991, Seção 1, p. 14809.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 dez. 1993, Seção 1, p. 18769.

BRASIL. Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994. Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 jun. 1994, Seção 1, p. 9673.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/publicacoes-secretarias/semesp/diretrizes-nacionais-para-a-educacao-especial-na-educacao-basica>. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1999, Seção 1, p. 10.

BRASIL Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005. Institui 21 de setembro como o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jul. 2005, p. 1.

BRASIL. Agência Nacional de Aviação Civil. Resolução no 009, de 5 de junho de 2007. Aprova a Norma Operacional de Aviação Civil – Noac que dispõe sobre o acesso ao transporte aéreo de passageiros que necessitam de assistência especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jun. 2007, p. 18-19.

BRASIL. Conselho Nacional de Trânsito. Resolução no 304, de 18 de dezembro de 2008. Dispõe sobre as vagas de estacionamento destinadas exclusivamente a veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência e com dificuldade de locomoção. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Parcelamento Ordinário de Débitos Tributários. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 maio 2009, Seção 1, p. 3.

BRASIL. Ministério da Cultura. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. **Primeiro Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais**, 2010. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/04/30/primeiro-censo-nacional-das-bibliotecas-publicas-municipais/>. Acesso em: 3 abr. 2023.

BRASIL. Organização Mundial da Saúde. Pessoas com deficiência. **IBGE**, 2010. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 4 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.504, de 11 de outubro de 2011. Confere ao Município de São Carlos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Tecnologia. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112504.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.504%2C%20DE%2011,Art. Acesso em: 5 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 142, de 8 de maio de 2013. Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 maio 2013a, Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Cuidados de saúde às pessoas com Síndrome de Down**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013b. 60 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidados_saude_pessoas_sindorme_Down.pdf. Acesso em: 5 maio 2022

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015, Seção 1, p. 2.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.306, de 3 de março de 2022. Institui o dia nacional da síndrome de Down. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 mar. 2022, Seção 1, p. 1.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 2 abr. 2023.

BRAUN, Virginia *et al.* Doing reflexive thematic analysis. *In: Supporting Research in Counselling and Psychotherapy: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Research*. Cham: Springer International Publishing, 2023. p. 19-38.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS. **Comissão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <https://camarasaocarlos.sp.gov.br/artigo/?a=noticia&id=12320>. Acesso em 26 jun. 2023.

COSTA, L. S. F. A gênese e trajetória do curso de BCI na UFSCar: histórias entrelaçadas. *In: ZAFALON, Z. R.; PRADO, S. Entre lembrar e esquecer 20 anos depois: memórias. Intertexto: Niterói*, 2020.

COSTA, Michelle Karina Assunção; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade de. Acessibilidade e as cinco leis de Ranganathan: diálogo com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 27, n. 1, p. 160-189, jan./mar. 2022.

DOWN SYNDROME INTERNACIONAL. 2022. Disponível em: <https://www.ds-int.org/>. Acesso em: 4 abr. 2023.

FARIA, Sueli *et al.* Competências do profissional da informação: uma reflexão a partir da Classificação Brasileira de Ocupações. **Ciência da Informação**, v. 34, n. 2, p. 26-33, ago.2005. Disponível em: www.mtecbo.gov.br. Acesso em: 15 fev. 2023.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE SÍNDROME DE DOWN. 1992. Disponível em: <http://federacaoDown.org.br/>. Acesso em: 4 abr. 2023.

FOLHA DE SÃO CARLOS. Agora é Lei: São Carlos é a Capital Nacional da Tecnologia. **CCSUFSCar**, São Carlos, 14 out. 2011. Disponível em: http://www.saci.UFSCar.br/servico_clipping?id=17663. Acesso em: 5 jul. 2023.

FUNDAÇÃO SÍNDROME DE *DOWN*. 1985. Disponível em: <https://www.fs Down.org.br/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec - Nova série**, v. 1, n. 1, 2006.

GIBSON, Amelia N.; MARTIN III, John D. Re-situating information poverty: Information marginalization and parents of individuals with disabilities. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 70, n. 5, p. 476-487, 2019.

HU, Ruimin; FENG, Jinjuan; LAZAR, Jonathan; KUMIN, Libby. Investigating input technologies for children and young adults with Down syndrome. **Universal Access in theInformation Society**, Cham, v. 12, n. 1, p. 89-104, 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2 out. 2023.

INSTITUTO META SOCIAL. 1996. Disponível em: <https://www.metasocial.org.br/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

KRASS, Ulrike *et al.* Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022. 2022. Disponível em: https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/2187/1/IFLA_PL%20Manifesto2022_Portuguese.pdf. Acesso em: 5 jul. 2023.

LEITE, Priscilla Vieira; LORENTZ, Cacilda Nacur. Inclusão de pessoas com Síndrome de *Down* no mercado de trabalho. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 114-129, jul./dez. 2011.

MAJINGE, Rebecca Mgunda; MSONGE, Vincent Tilubuzya. The integration of special needs for people living with disabilities into Tanzania's LIS curriculum. **South African Journal of Libraries and Information Science**, v. 86, n. 1, p. 27-37, 2020.

MAPLES, Lucy; APPLIN, Janet L. Stories that promote understanding of children with special needs: A look at autism spectrum disorders, tourette syndrome, Down syndrome, and attention deficit/hyperactivity disorder. **Community & Junior College Libraries**, New York, v. 15, n. 4, p. 176-187, 2009.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloísa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde e sociedade**, v. 20, p. 377-389, 2011.

MBA em Inovação em Unidades de Informação. 2023. **Vimeo**. Disponível em: <https://iti.UFSCar.mba/iui#assista-ao-vídeo>. Acesso em: 26 jun. 2023.

MONTEIRO, Jorge Luiz Silva; CUNHA, Karla Rubia Fonseca; DE LIMA, Roseneli Araújo. O Papel do bibliotecário como mediador da informação: o Lúdico como Fonte de Disseminação da Informação para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEES). **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 1-10, 2013.

MOVIMENTO *Down*. 2017. Disponível em: [http://www.movimentoDown.org.br/movimento- Down/](http://www.movimentoDown.org.br/movimento-Down/). Acesso em: 05 maio 2022.

NOGUEIRA, Fernanda Parolo de Mattos. **Políticas Públicas de Informação: o lugar do arquivo público municipal em um polo de inovação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Educação e Ciência Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, f. 282, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese>. Acesso em: 5 jul. 2023.

PEINADO, Blanca Jiménez. ¿Tú lees? Ellos también: la lectura es fácil en la Biblioteca Pública Provincial de Córdoba. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, Andaluzia, v. 32, n.114, p. 83-99, 2017.

PELOSI, Miryam Bonadiu; TEIXEIRA, Pablo de Oliveira; NASCIMENTO, Janaína Santos. O uso de jogos interativos por crianças com Síndrome de *Down*. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 27, n. 4, p. 718-733, 2019.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO UFSCar. **Área de concentração do programa**. Disponível em: <http://www.ppgci.UFSCar.br/sobre/area-de-concentracao>. Acesso em: 5 jul. 2023.

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO UFSCar. **Disciplinas**. Disponível em: <https://www.ppgci.UFSCar.br/academico/disciplinas>. Acesso em: 5 jul. 2023.

PREFEITURA DE SÃO CARLOS. **Acorde São Carlos inaugura escola de educação especial “Maria Maffei Lobbe”**. 03 set. 2022. Disponível em: <http://saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2022/175871-acorde-sao-carlos-inaugura-escola-de-educacao-especial-maria-maffei-lobbe.html>. Acesso em: 24 abr. 2023.

PREFEITURA DE SÃO CARLOS. A educação Inclusiva insere mais de 800 estudantes na rede municipal. **educaMais Cast**. Disponível em: <https://www.tudoep.com/especiais/educa-mais-cast/NOT,0,0,1818039,educacao-inclusiva-insere-mais-de-800-estudantes-na-rede-municipal.aspx#:~:text=%22N%C3%A3o%20vai%20demorar%20muito%20para,qualidade%20primo%20vendo%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva>. Acesso em 14 jun. 2023.

PREFEITURA DE SÃO CARLOS. **Cidades Educadoras**. São Carlos, 2008. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2008/152274-cidades-educadoras.html>. Acesso em: 5 jul. 2023.

PREFEITURA DO CAMPUS USP DE SÃO CARLOS. **Terceira Idade**. São Carlos, 2023. Disponível em: <http://www.puspsc.usp.br/terceiridade/#:~:text=A%20Universidade%20Aberta%20%C3%A0%20Terceira,regulares%2C%20atividades%20culturais%20e%20esportivas>. Acesso em: 5 jul. 2023.

PRUDENCIO, Dayanne Silva; RODRIGUES, Janaina Costa. Profissional de informação em saúde: perfis, atuações e outras discussões. **Informação@ Profissões**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 116-149, 2020.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da biblioteconomia**. Briquet de Lemos/Livros, 2009.

RISSATO, Heloíse. Médico disse que meu filho é atípico, o que isso quer dizer? **Genial Care Serviços Psicológicos**, 2023. Disponível em: <https://genialcare.com.br/blog/medico-disse-que-meu-filho-e-atipico-o-que-isso-quer-dizer/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

SANTA ANNA, Jorge. A cultura como elemento agregador para as unidades de informação: pluralizando manifestações culturais. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e ciência da informação**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 82–98, 2017.

SANTANA, Gustavo Alpoim de; SANTANA, Vagna Shirlei Felício. Ciência da Informação e Ciências da Saúde. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 3, p. 527-520, 2020.

SANTOS, Brenda Barbosa dos. *Historiografia da Biblioteconomia em São Carlos: da graduação a pós-graduação em Ciência da Informação*. 2021, p. 76. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

SANTOS, Izabel Lima dos; *Elaboração de produtos e serviços de informação: conceitos e etapas chave*. Aracajú, **ConCI**, v.5, dossiê, 2022.

SÃO CARLOS (SP). **Lei Municipal 13.464/2004**. Autoriza e institui o Sistema Integrado de Bibliotecas do Município de São Carlos. São Carlos: Câmara Municipal de São Carlos, 2004. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/SP/SAO.CARLOS/LEI-13464-2004-SAO-CARLOS-SP.pdf>. Acesso em: 24 maio 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO CARLOS. **Seção de Apoio da Educação Especial**. São Carlos, 2022. Disponível em: <https://sites.google.com/view/educacaosaocarlos>. Acesso em: 5 jul. 2023.

SEPEDI. Prefeitura Municipal. **Uso de Termos Corretos Contribui para Inclusão da Pessoa com Deficiência**. 2021. Disponível em: <https://www.caraguatatuba.sp.gov.br/pmc/2021/08/uso-de-termos-corretos-contribui-para-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia/#:~:text=Os%20termos%20E2%80%9Cportador%20de%20defici%C3%Aancia,na%20forma%20abreviada%20E2%80%9CpCd%20E2%80%9D>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. **Ciência da Informação**, v.6, n. 1, 1977.

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ACADÊMICA. **Planos de Ensino**, 2020. Disponível em: <https://sistemas.UFSCar.br/siga/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

STORTI, Ana Júlia. **Dia da Síndrome de Down: jovem de São Carlos fala sobre desafios e superação no mercado de trabalho**. Portal G1. São Carlos e Araraquara. 21 de março de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2023/03/21/dia-da-sindrome-de-down-jovem-de-sao-carlos-fala-sobre-desafios-e-superacao-no-mercado-de-trabalho.ghtml>. Acesso em 14 jun. 2023.

STROPARO, Eliane Maria *et al.* Bibliotecas universitárias federais brasileiras: acessibilidade/avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Educação, Santa Maria**, v. 46, n. 1, p. 1-20, 2021.

TABOSA, Hamilton Rodrigues; PINTO, Virgínia Bentes. Comportamento de uso de informação na área da saúde por parte de usuários não especializados. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, p. 17, 2016, Salvador. **Anais [...]**. Salvador:Universidade Federal da Bahia, 2016.

TANNÚS-VALADÃO, Gabriela *et al.* Avaliação e educação especial em São Carlos. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, n. s1, p. 269-274, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305893516_AVALIACAO_E_EDUCACAO_ESPECIAL_EM_SAO_CARLOS. Acesso em: 26 jun. 2023.

TATAGIBA, Alessandro Borges. CRESWELL, John Ward. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes, 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 205-208, 2012.

TROMBELLI, Sérgio Motti. Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos: trajetória para a efetivação do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da UFSCar. In: ZAFALON, Zaira Regina; PRADO, Samanta (org.). Entre lembrar e esquecer 20 anos depois: memórias. Niterói: **Intertexto**, p. 7-14, 2020.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. **Unidade Especial de Informação e Memória**. São Carlos, 2023. Disponível em: <https://www.ueim.ufscar.br/front-page>. Acesso em: 14 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Departamento de Ciência da Informação UFSCar. **Grade Curricular**. São Carlos, 2023. Disponível em: <https://www.dci.UFSCar.br/graduacao/grade-curricular>. Acesso em: 5 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Medicina UFSCar. **Informa SUS UFSCar**. São Carlos, 2023. Disponível em: <https://informasus.UFSCar.br/conheca-um-pouco-do-curso-de-medicina-da-UFSCar-campus-sao-carlos/>. Acesso em: 5 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. São Carlos, 2019. Disponível em: https://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/biblioteconomia-e-ciencia-da-informacao/ppc_bci_atualizado_2019. Acesso em: 5 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Programa de Pós-Graduação. Ficha de caracterização de disciplina: CI018 - Informação em Saúde.** Disponível em: <https://www.ppgci.UFSCar.br/publicacoes/documentos/disciplinas/fichas-de-caracterizacao/ci018-informacao-em-saude.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Programa de Pós-Graduação em Educação Especial.** Disponível em: <https://www.ppgees.UFSCar.br/pt-br/o-ppgees/areas-de-concentracao>. Acesso em: 27 mar. 2023.

WELLICHAN, Danielle Silva Pinheiro; MANZINI, Eduardo José. Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 172–203, jul./set. 2021.

APÊNDICE A: INSTRUMENTO - ANA MARIA: INSTRUMENTO PARA CAPTAR A PERCEPÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS SOBRE PRODUTOS E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO COM FOCO EM PESSOAS COM SÍNDROME DE *DOWN* (VERSÃO 1, 2023)

1. Qual é o grau de sua escolaridade? *(Marque apenas uma opção)*

Graduação completo

Especialização incompleta

Especialização completa

Mestrado incompleto

Mestrado completo

Doutorado incompleto

Doutorado completo

Pós-doutorado incompleto

Pós-doutorado completo

2. Em qual Instituição de Ensino Superior (IES) você se graduou?

Por favor, use a sigla padronizada da IES.

3. Durante sua graduação, você recebeu algum tipo de formação específica para atuar com pessoas com deficiência? *(Marque apenas uma opção)*

Sim. Recebi de forma suficiente formação para atuar profissionalmente com esse público.

Sim. Recebi de forma razoável formação para atuar profissionalmente com esse público.

Não. Não recebi nenhuma formação para atuar profissionalmente com esse público.

4. Na sua atividade de profissional bibliotecário, em qual tipo de instituição você atua? (Marque todas que se aplicam)

Biblioteca pública

Biblioteca municipal

Biblioteca escolar

Biblioteca universitária

Outra

5. Você tem contato com alguma pessoa com Síndrome de Down? (Marque todas que se aplicam)

Sim, eu tenho contato na minha família. Sim, eu tenho contato no meu grupo de amigos.

Sim, eu tenho contato na instituição onde atuo.

Não, eu não tenho contato.

6. Você conhece as necessidades informacionais de pessoas com Síndrome de Down? (Marque apenas uma opção)

Sim, eu conheço muito bem.

Sim, eu conheço algumas necessidades.

Não, eu não tenho conhecimento sobre o assunto.

7. Você já prestou algum tipo de serviço informacional para pessoas com Síndrome de Down? (Marque apenas uma opção)

Sim. Eu prestei serviços informacionais muitas vezes para este público.

Sim. Eu prestei serviços informacionais algumas vezes para este público.

Não. Eu nunca prestei serviços informacionais para este público.

8. Você já desenvolveu algum tipo de produto informacional para pessoas com Síndrome de *Down*? (Marque apenas uma opção)

Sim, eu já desenvolvi vários produtos informacionais para este público.

Sim, eu já desenvolvi alguns produtos informacionais para este público.

Não, eu nunca desenvolvi produtos informacionais para este público.

9. Você gostaria de conhecer mais sobre as necessidades informacionais de pessoas com Síndrome de *Down*? (Marque apenas uma opção)

Sim. Eu gostaria de conhecer melhor as necessidades informacionais deste público.

Sim. Eu gostaria de conhecer o básico sobre as necessidades informacionais deste público.

Não. Eu não tenho interesse em conhecer as necessidades informacionais deste público.

10. Você gostaria de desenvolver produtos ou serviços informacionais para pessoas com Síndrome de *Down*? (Marque apenas uma opção)

Sim. Eu gostaria de desenvolver produtos ou serviços informacionais para este público.

Sim. Eu gostaria de desenvolver produtos ou serviços informacionais básicos para este público.

Não. Eu não gostaria de desenvolver produtos ou serviços informacionais para este público.

11. No que se refere à instituição na qual você exerce suas funções de bibliotecário atualmente, pode-se dizer que ela possui bibliotecários preparados para atender as necessidades informacionais de pessoas com Síndrome de *Down*? (Marque apenas uma opção)

Sim. A instituição onde atuo possui bibliotecários especializados para atender este público.

Sim. A instituição onde atuo possui bibliotecários com algum conhecimento para atender este público.

Não. A instituição onde atuo não possui bibliotecários preparados para atender este público.

Não tenho conhecimento ou informação sobre isso.

12. No que se refere à instituição na qual você exerce suas funções de bibliotecário atualmente, pode-se dizer que ela está fisicamente preparada para atender pessoas com Síndrome de *Down*? (Marque apenas uma opção)

Sim. A instituição onde atuo está fisicamente preparada para atender este público.

Sim. A instituição onde atua está parcialmente preparada para atender este público.

Não. A instituição onde atuo não está fisicamente preparada para atender este público.

Não tenho conhecimento ou informação sobre isso.

13. No que se refere à instituição na qual você exerce suas funções de bibliotecário atualmente, pode-se dizer que ela está virtualmente preparada para atender pessoas com Síndrome de *Down*? (Marque apenas uma opção)

Sim. A instituição onde atuo está virtualmente preparada para atender este público.

Sim. A instituição onde atua está parcialmente preparada para atender este público.

Não. A instituição onde atuo não está virtualmente preparada para atender este público.

Não tenho conhecimento ou informação sobre isso.

14. Na sua opinião, as unidades de informação brasileiras estão preparadas para atender as necessidades informacionais de pessoas com Síndrome de Down? *(Marque apenas uma opção)*

Sim. As unidades de informação brasileiras estão preparadas.

Sim. As unidades de informação brasileiras estão parcialmente preparadas.

Não. As unidades de informação brasileiras não estão preparadas.

Não tenho conhecimento ou informação sobre isso.

15. Na sua opinião, os bibliotecários brasileiros estão preparados para atender as necessidades informacionais de pessoas com Síndrome de Down? *(Marque apenas uma opção)*

Sim. Os bibliotecários brasileiros estão preparados.

Sim. Os bibliotecários brasileiros estão parcialmente preparados.

Não. Os bibliotecários brasileiros não estão preparados.

Não tenho conhecimento ou informação sobre isso.

16. Na sua opinião, os serviços e produtos informacionais para pessoas com Síndrome de *Down* disponibilizados no contexto brasileiro são adequados?

(Marque apenas uma opção)

Sim. Os serviços e produtos informacionais com foco neste público são adequados.

Sim. Os serviços e produtos informacionais com foco neste público são parcialmente adequados.

Não. Os serviços e produtos informacionais com foco neste público não são adequados.

Não tenho conhecimento ou informação sobre isso.

17. Em sua opinião, quais produtos ou serviços informacionais para pessoas com Síndrome de *Down* poderiam ser oferecidos na biblioteca onde você trabalha? Discorra. *(Texto livre)*

18. Por favor, sinta-se livre para expressar sua opinião sobre qualquer aspecto relacionado com produtos e serviços informacionais com foco em pessoas com Síndrome de *Down*. *(Texto livre)*

APÊNDICE B – CONVITE DO ESTUDO



Bibliotecário(a) atuando em São Carlos

**Venha participar da pesquisa de
opinião "Serviços e produtos
informacionais com foco em pessoas
com Síndrome de Down
em São Carlos" (SP)!**

Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação da Universidade
Federal de São Carlos

